

Diário do Legislativo de 08/04/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 17ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 18ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2008

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados André Quintão e Ademir Lucas; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Vanderlei Miranda e Dalmo Ribeiro Silva; aprovação - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.251; requerimento dos Deputados Domingos Sávio e Luiz Humberto Carneiro; deferimento; votação secreta do veto, salvo destaques; rejeição; votação secreta do veto ao inciso III do art. 4º; manutenção; votação secreta do veto ao art. 7º; manutenção - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, a ata mencionou o deferimento de um requerimento, apresentado por mim, para agilizar a tramitação de um projeto de lei de minha autoria que trata de regras para o estabelecimento de consórcios públicos. Considero muito importante que a Assembléia, na medida do possível, respeitando o prazo exigido por cada relator, por cada Comissão, agilize projetos de autoria dos Deputados.

É muito comum a opinião pública criticar o Poder Legislativo pela extrema aceleração dos projetos do Executivo e a morosidade dos projetos de autoria dos parlamentares. Então, seria importante que cada Comissão, que cada parlamentar pudesse agilizar seus trabalhos. Seria importante também que a assessoria do governo, nesta Casa, pudesse estreitar as negociações com a Oposição, para que projetos de nossa autoria fossem colocados na pauta. Às vezes, até projetos do governo demoram para ser incluídos na pauta. Queria, mais uma vez, fazer uma solicitação ao Líder do Governo, Deputado Mauri Torres: há um projeto muito importante para a nossa cidade, a nossa Capital Belo Horizonte, que possibilita a regularização dos imóveis dos moradores da região do Bairro Confisco. Esse projeto foi encaminhado pelo Governador Aécio Neves, transferindo o terreno para a Prefeitura de Belo Horizonte, também administrada pelo companheiro Fernando Pimentel. Queremos que ele seja incluído na pauta.

Foi mencionado na ata, Sr. Presidente, o artigo de liderança concedido ao Deputado Carlin Moura. Parece-me que o Regimento não permite que o conteúdo do pronunciamento seja incluído na ata, ele fica à disposição para consulta. Pela relevância do tema, nesse 1min39s que me resta, gostaria de parabenizar o Deputado Carlin Moura, do Bloco PT-PCdoB - tão bem representado na legislatura anterior pela amiga, companheira e Deputada Jô Moraes. O Deputado Carlin Moura está mostrando a mesma competência, mostrando que veio aqui dizer da importância de se retirar um projeto do governo que trata da ampliação da jornada de trabalho de 30 horas para 40 horas na carreira de enfermagem, particularmente da Fhemig. Hoje, na Comissão de Administração Pública, apresentei uma emenda mantendo as 30 horas para a área de enfermagem, para a área de saúde. Esses profissionais ganham pouco, trabalham muito em situação absolutamente estressante. Em nome do Bloco PT-PCdoB, apresentamos essa emenda. Queremos, no processo de negociação, essa garantia. Trata-se de um acordo de 2005, que não perde a validade. Se perde para a base do governo, vamos rediscutir. O acordo foi feito em 2005 e não poderia haver mais o debate para ampliar a jornada de trabalho para 40 horas.

É preciso aumentar o salário e não a jornada de trabalho; aumentar o número de concursados e não de terceirizados.

Queria deixar aqui bem clara a posição do Bloco PT-PCdoB, até porque se essa negociação não evoluir, poderemos ter problemas com o avançar da pauta. Queria registrar isso e parabenizar o Deputado Carlin Moura, que tão bem sucede a nossa belíssima e competente Deputada Federal Jô Moraes, que realiza um excelente trabalho.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Ademir Lucas.

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em relação à ata, quero dizer que as razões aqui declaradas pelo Deputado André Quintão têm o nosso apoio. É uma ata extraordinária. A leitura, sobretudo, do Deputado Jayro Lessa, foi esplendorosa. O seu Líder tem uma beleza de leitura. De acordo com o Deputado André Quintão, demonstro o nosso apoio à ata, que é da maior qualidade, assim como a leitura dela. Todavia, em relação à questão do Conjunto Confisco, o Deputado André Quintão não disse a verdade por inteiro. E vamos dizer, Sr. Presidente, meia verdade é uma mentira.

O Conjunto Confisco foi construído pelo Governador Newton Cardoso no limite exato entre Belo Horizonte e Contagem. É um conjunto único. Só que metade dele fica em Belo Horizonte, e metade em Contagem. Ora, não é justo dar escritura para moradores de Belo Horizonte e não dar para os de Contagem. Os moradores de Contagem não são cidadãos de segunda classe. Recusamos isso. Ou se dá escritura para todos ou não se dá para ninguém. Não aceito que considerem o morador de Contagem como de segunda categoria. É um conjunto único. Queremos justiça, que seja dada escritura para os moradores tanto de Belo Horizonte quanto de Contagem. Repito: queremos justiça, escritura para os dois lados e não apenas para um, o que é meia justiça. Meia justiça não é justiça. Essa é a verdade.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.162/2008 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.828/2007 seja apreciado em segundo lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.251, que institui a Política Estadual de Incentivo à Utilização de Sementes Seleccionadas nas propriedades que se dedicam à agricultura familiar e dá outras providências. Vem à Mesa requerimento dos Deputados Domingos Sávio e Luiz Humberto Carneiro, solicitando a votação destacada do veto ao inciso III do art. 4º e do veto ao art. 7º da referida proposição. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o Veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto, salvo destaques.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Roberto Carvalho - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 5 Deputados. Votaram "não" 46 Deputados. Está rejeitado o veto, salvo destaques. À promulgação. Em votação, o veto ao inciso III do art. 4º.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 49 Deputados. Votaram "não" 3 Deputados. Está mantido o veto ao inciso III do art. 4º. Oficie-se ao Governador do Estado. Em votação, o veto ao art. 7º.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Dinis Pinheiro - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 54 Deputados. Votaram "não" 2 Deputados. Está mantido o veto ao art. 7º. Oficie-se ao Governador do Estado. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.251 e mantido o veto ao inciso III do art. 4º e ao art. 7º.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 2, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/4/2008

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados Padre João e Carlin Moura; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questão de ordem; existência de quórum para votação; renovação da votação do requerimento; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação - Requerimento do Deputado Vanderlei Miranda; discursos dos Deputados André Quintão, Getúlio Neiva, Alencar da Silveira Jr., Carlin Moura, Ademir Lucas e Weliton Prado; questão de ordem; discursos dos Deputados Weliton Prado e Padre João - Inexistência de quórum para continuação dos trabalhos; chamada para recomposição de número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos; prejudicialidade do requerimento - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivaír Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado -

Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Ronaldo Magalhães, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, nem sempre a ata detalha os fatos ocorridos. Foi relevante a derrubada, na noite de ontem, do veto a um projeto de lei do Deputado Weliton Prado. O que apreciamos ontem já era uma proposição de lei, que trata da facilitação para os agricultores familiares ao acesso a um banco de sementes. Hoje sabemos - é importante retratar na ata com maiores detalhes - que é um grande desafio o acesso a insumos.

Às vezes, o agricultor familiar tem acesso à terra, embora saibamos que precisamos avançar muito no que diz respeito à reforma agrária. Minas Gerais pode avançar muito mais, porque é um dos Estados que mais têm terras devolutas concentradas nas mãos de grandes empresas que desenvolvem a monocultura de eucalipto. A proposição de lei possibilita que os agricultores tenham sementes selecionadas. Quanto às sementes híbridas, o avanço tecnológico nem sempre está em sintonia com os avanços social e ambiental. Infelizmente, as sementes híbridas são uma forma de excluir muitos agricultores familiares, porque não têm condições de usar a tecnologia. Não basta apenas que eles adquiram sementes, é preciso adubos e defensivos. Os transgênicos são as maiores ameaças às sementes crioulas. Os nossos avós e nossos pais selecionavam as sementes melhores e as guardavam.

Está provado, por vários centros tecnológicos, que é possível ter uma rentabilidade igual à dos transgênicos. Nesta Casa, há menos de 15 dias, foi feito um balanço sobre o programa do algodão. O que se gasta de veneno, ou seja, de agrotóxico, para o cultivo desse produto é algo escandaloso. O Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente, disse que Minas Gerais está batendo recorde na quantidade de veneno, de agrotóxico utilizado por hectare. A média em nosso Estado é de 6kg por hectare. É uma taxa muito alta, Deputado Carlin Moura.

Ontem à noite, conseguimos um grande avanço nesta Casa, porque conseguimos derrubar o veto. Infelizmente, não houve unanimidade, mas derrubamos o veto garantindo mais um instrumento para os agricultores familiares. Às vezes, durante a leitura da ata, não conseguimos compreender do que trata um projeto, ou seja, votamos determinada matéria, mas não conseguimos tomar conhecimento do seu conteúdo na íntegra. Pode ser apenas uma coordenação "sim" ou "não", e vamos seguindo no embalo. De repente, podemos fazer um bem, como ocorreu na noite de ontem, mas corremos o risco de prejudicar a sociedade, como ocorreu quando não conseguimos derrubar um veto do Governador que tratava simplesmente de cadastros dos empreendedores que trabalham com organismos geneticamente modificados. O destaque ao conteúdo do projeto é um grande instrumento para os agricultores familiares.

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado Padre João que a ata será publicada na íntegra no "Diário do Legislativo" e, portanto, será de conhecimento de toda a sociedade mineira. Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura - Bom-dia a todas e a todos. Sr. Presidente, na discussão da ata, ontem à noite, e na leitura da ata da reunião realizada ontem à noite, é fundamental salientarmos - conforme muito bem lembrado ontem pelo Deputado André Quintão - que derrubamos um veto a um projeto importante, projeto que incentiva a agricultura familiar no Estado de Minas Gerais. Essa legislação importante, por meio da derrubada do veto, passa a vigorar no Estado.

Como foi muito bem salientado ontem à noite, e agora reforçado por nós, precisamos avançar na pauta desta Casa. E o ponto fundamental para a construção do avanço diz respeito à votação do projeto de reajuste dos servidores da Fhemig. Para isso, é fundamental que esta Casa chegue a um consenso quanto à jornada de trabalho dos enfermeiros, pois a proposta inicial do governo prevê um aumento em sua jornada de 30 horas para 40 horas. Conforme foi dito ontem, é preciso chegarmos a um consenso. Hoje, na discussão da ata, apesar de não estarem detalhados todos os fatos, é importante reafirmar que é preciso chegar-se a um consenso, para que, na votação do projeto dos servidores da Fhemig, a jornada dos enfermeiros permaneça em 30 horas, sem o aumento de 10 horas. Temos trabalhado para esse consenso na Comissão de Administração Pública. Amanhã, quinta-feira, às 14h30min, será realizada uma audiência pública solicitada pelo Presidente em exercício desta Casa, Deputado Doutor Viana. É fundamental que possamos garantir uma ampla discussão para manter a jornada de trabalho dos enfermeiros em 30 horas.

Outro aspecto importante salientado ontem precisa ser reafirmado. Temos de avançar em relação a dois projetos. Temos de avançar em relação ao projeto do Conjunto Confisco, conforme foi muito bem lembrado pelo Deputado Ademir Lucas, cujo título de propriedade precisa ser regularizado. Concordo com as palavras do Deputado Ademir Lucas: temos de resolver a questão da titularidade do Conjunto Confisco não só na parte de Belo Horizonte, mas também em Contagem, pois não pode haver um tratamento diferenciado, já que o conjunto é visto como um todo apesar de estar na divisa dos dois Municípios, uma parte no Município de Belo Horizonte, que o Prefeito já sinalizou a intenção de resolver, e uma parte considerável em Contagem. Precisamos avançar na votação desse projeto, incluindo Contagem e Belo Horizonte, porque não poderemos dividir o Conjunto Confisco em duas partes, uma privilegiada, e a outra não. Temos de votar o Conjunto Confisco no Plenário desta Casa, para regularizar o título de propriedade, mas temos de incluir os dois Municípios, Contagem e Belo Horizonte.

Sr. Presidente, a pauta precisa avançar, como foi salientado e reforçado, no que diz respeito ao projeto do Cercadinho, para que possamos desafetar a área da região que dá acesso ao Município de Nova Lima, pois já há recursos previstos no Orçamento, do PAC, para a obra das alças rodoviárias e as trincheiras, que desafogarão o trânsito de toda a região da área do BH Shopping. Ontem, na discussão da ata, foi dito o que reafirmamos agora.

Para concluir, precisamos reafirmar que o Presidente desta Casa e a Mesa têm de colocar os projetos da bancada da Oposição desta Casa, do PT e do PCdoB, em votação, pois os projetos não estão constando na pauta. Há, por exemplo, projetos importantes na área do esporte, como o Bolsa-Atleta e o de incentivo ao esporte, que não entram na pauta desta Casa. Isso tem de ficar registrado na discussão da ata, para que a pauta desta Casa possa avançar.

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado Carlin Moura que há projetos da oposição na pauta de hoje. Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.251, apreciado na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva solicitando a inversão da pauta da reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.868/2007 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Carlin Moura - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 35 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

Questão de Ordem

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, é apenas para registrar a presença entre nós do Deputado Federal Fabinho Ramalho, o "Fabinho Liderança". O parlamentar está hoje conosco, honrando-nos com sua presença nesta manhã.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença do Deputado Federal Fabinho Ramalho.

A Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum para votação, motivo por que vai renovar a votação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Padre João - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 41 Deputados. Votou "não" 1 Deputado. Está, portanto, ratificada a aprovação do requerimento. Vem à Mesa requerimento do Deputado Vanderlei Miranda solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.162/2008 seja apreciado em segundo lugar entre as matérias em fase de discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, esse requerimento do Deputado Vanderlei Miranda é muito importante, porque o Projeto de Lei nº 2.162/2008, de sua autoria, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Oscip, está em último lugar na pauta. No ano passado, o governo, por meio de substitutivo apresentado em Comissão, emendou um projeto do Deputado Vanderlei Miranda alterando a legislação existente sobre as Oscips no Estado de Minas Gerais. Essa legislação foi aprovada anteriormente por esta Casa, originária de um projeto de lei do ex-Deputado Leonardo Quintão. Na época, já alertávamos para a extrema flexibilização sobre a legislação de Oscips. O projeto do Deputado Vanderlei Miranda era importante e positivo, mas o substitutivo aprovado alterava muito a legislação delas. Aí, vou-me ater ao ponto principal: que a legislação estava sendo alterada permitindo que, além do tempo de existência da entidade que queria se habilitar como Oscip, caso esse tempo não fosse cumprido, Deputado Gilberto Abramo, o tempo de experiência de um dos Diretores, poderia substituir o tempo de existência da entidade. Ou seja, todo o processo de qualificação, até para que haja controle social e seriedade na existência de Oscips, tem de ser em relação ao tempo de trabalho que aquela entidade já realiza. Então, temos uma entidade séria, que existe há muito tempo, que quer se qualificar como Oscip, tudo bem. Só que a alteração que o governo encaminhou, previa o seguinte: se eu sair daqui hoje, for à esquina reunir-me a um grupo de amigos para formarmos uma Oscip e contratar uma pessoa que tenha um, dois ou três anos de qualificação, o tempo dessa pessoa física substitui a necessidade do tempo de existência da entidade. Esse aspecto é altamente negativo. Obstruímos a votação no ano passado, mas, na linha de entendimento para não obstruir a votação do requerimento, do PPA e de um conjunto de projetos que estavam na pauta, eu e a Deputada Elisa Costa participamos de uma reunião com o Vice-Governador Anastasia, acompanhados do Deputado Mauri Torres, Líder de Governo. Nessa reunião, num esforço de negociação, o Vice-Governador sugeriu que essa modalidade de qualificação valesse somente até o ano de 2009. E nesse caso específico de substituição do prazo de qualificação da entidade pela qualificação de um dos seus Diretores, a modalidade de qualificação deveria ser aprovada por 2/3 dos membros do Conselho de Política Pública vinculado à área de atuação da Oscip. Em razão disso, fizemos um acordo deixando claro que votaríamos contra, mas não obstruiríamos. Ocorre que, na redação da emenda que efetivou esse acordo, houve um erro técnico. E, em virtude desse erro técnico, o governo vetou o artigo acordado. Mais uma vez, num gesto de diálogo e entendimento, mostramos que a oposição do PT-PCdoB é diferente da oposição que fazem no Congresso Nacional ao Governo Lula. Aqui nós dialogamos, mantivemos firmes as nossas posições e fizemos um acordo para que o veto fosse mantido porque havia um erro técnico. Da forma como foi aprovado, qualquer qualificação de Oscip, independentemente de modalidade, deveria ter a aprovação de 2/3 dos membros do Conselho de Política Pública. Isso seria muito bom, porque houve uma proliferação de Oscips. Existem muitas Oscips sérias, mas há muitas Oscips sendo investigadas. Então, num gesto de boa-vontade, aceleramos a tramitação do projeto de lei do Deputado Vanderlei Miranda. O veto foi mantido, mas o projeto está em último lugar na pauta. Esse requerimento antecipa a ordem de votação, para que o projeto de lei do Deputado Vanderlei Miranda possa ser votado em primeiro turno.

Quero encaminhar favoravelmente a votação do Projeto de Lei nº 2.162, no que tange a sua antecipação, uma vez que estaremos votando o requerimento e não o projeto. Mas lembramos ao Deputado Mauri Torres que o nosso acordo para a desobstrução da pauta incluía outros itens,

como a negociação do projeto na área de saúde. Vejam bem, Srs. Deputados, trabalhadores da área de enfermagem do sistema de saúde, aqui, em Minas Gerais, ganham R\$384,00. Eles terão um aumento de 4% a 8%. Imaginem 8% de R\$380,00. Mas eles terão um outro aumento, que é o da jornada de trabalho. Quem trabalha 30 horas poderá ter que trabalhar 40 horas em atendimento de urgência, o que é uma situação estressante.

Vejam bem, a carga horária terá 33% de aumento e o salário 3%. O pior é que esse acordo foi firmado em 2005.

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado André Quintão que estamos em processo de votação e que V. Exa. deve encaminhar a votação do requerimento, pois está fugindo do assunto. Por favor, volte ao encaminhamento da votação.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, são assuntos conexos. Defendemos o requerimento de aceleração do Projeto de Lei nº 2.162 em função de um acordo: se esse acordo possui outros itens que não foram cumpridos, no meu raciocínio, não vale. Por isso quero explicar. Falarei em 2 minutos.

As Oscips realizam importante trabalho em Minas Gerais, mas precisam ser fiscalizadas. Se o critério de aprovação da legislação de Oscips for muito flexível, pessoas mal-intencionadas poderão criar verdadeiras incubadoras de Oscips para subtrair recursos públicos.

Sou autor de uma lei em Belo Horizonte - foi a primeira lei do País - que estabelece parcerias entre entidades da sociedade civil e o poder público. Essa lei foi aprovada e sancionada pelo Prefeito Célio de Castro muito antes da legislação de Oscips. Vejam que sou um defensor dessas parcerias, mas temos de ter critério, controle social, caso contrário os justos pagarão pelos pecadores.

Hoje, no Congresso, há uma CPI das ONGs, o que causa ao País uma visão negativa: a de que quem tem ONG e faz convênio quer levar recursos por fora. Isso é errado. Há muita ONG séria, como a Sociedade São Vicente de Paula, a Pastoral de Rua, a Pastoral da Criança, as Apaes, as entidades vinculadas a organizações religiosas. Portanto, é importante acelerarmos a votação do projeto de lei do Deputado Vanderlei Miranda, para resolvermos esse instrumento de qualificação por experiência de Diretores de Oscips. Considero esse artifício muito ruim, porém, por um acordo feito para não se inviabilizar a votação do Orçamento e do PPAG, votamos contra, mas não obstruímos.

Gostaria que, junto com a aprovação desse requerimento, também fosse aprovada a emenda de minha autoria, em nome do Bloco PT-PCdoB, que suprime a jornada de 40 horas para os trabalhadores da área da saúde que ganham R\$384,00 no Estado de Minas Gerais. Vamos dar, sim, um aumento de 30%, mas no salário de quem ganha pouco, e não na jornada de trabalho, o que poderá prejudicar quem for atendido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Getúlio Neiva.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, o discurso do Deputado André Quintão é muito bom, concordamos com tudo o que ele disse, mas temos de acelerar a pauta. Nos últimos dias, esta Casa tem se preocupado com o andamento da pauta. Portanto, solicito a V. Exa. que encaminhe, o mais rápido possível, a votação do requerimento.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Sr. Presidente, encaminho favoravelmente ao requerimento, mas não posso deixar de comentar uma notícia. Li o jornal "Estado de Minas", e a coluna "Giro por Minas Gerais" elogia...

O Sr. Presidente - Solicito ao Deputado Alencar da Silveira Jr. que se atenha ao encaminhamento do requerimento do Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Completando, Sr. Presidente, já que não poderemos usar esse belo painel para votarmos favoravelmente ao projeto de lei do Deputado Vanderlei Miranda, esclareço que vi no jornal "Estado de Minas" que poderíamos usar o painel para votar. Vi também, Sr. Presidente, uma frase: "Deputados têm novo mimo". Essa frase se refere à televisão de 50 polegadas que fica na sala do cafezinho. Quero explicar a quem fez essa notinha por falta de notícia que nenhum Deputado pára no cafezinho. Essa televisão foi colocada - e V. Exa. sabe disso - para dar maior conforto às pessoas que acompanham os trabalhos desta Casa, que a visitam e que não têm condições de ficar nas galerias. Portanto, não há mimo algum para os Deputados. Foi falta de assunto dessa coluna "Giro por Minas".

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, a Bancada do PT-PCdoB encaminha favoravelmente à aprovação do requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, pela importância do tema, as Oscips. É importante que as pessoas que nos assistem compreendam que não haveria necessidade de votarmos hoje o projeto de lei do Deputado Vanderlei Miranda, se não houvesse veto ao projeto que tramitou nesta Casa há pouco, pois a matéria do projeto do Deputado Vanderlei Miranda estava contida no projeto de autoria do Governador, que foi amplamente discutido nesta Casa e acordado com o Executivo. Infelizmente, foi vetado por uma questão técnica, que poderia ter sido evitada se o governo tivesse tomado o devido cuidado.

Para compreender a importância dessa matéria, o projeto do Deputado Vanderlei Miranda precisa ter prioridade na pauta desta Casa. Ele dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 14.870, que trata das Oscips. Para melhor compreender o objetivo do projeto, é importante fazermos a leitura do art. 12 da Lei nº 14.870. (- Lê:)

"Art. 12 - A celebração do termo de parceria entre o poder público e a entidade qualificada como Oscip, nos termos do art. 2º desta Lei, será precedida de:

§ 2º - Durante o período a que se refere o § 1º do art. 7º, a celebração do termo de parceria fica condicionada à aprovação prévia de dois terços dos membros do conselho de política pública da área de atuação da entidade."

O projeto vetado pelo Governador continha esse artigo. O § 1º, do art. 7º da mesma lei diz o seguinte: (- Lê:)

"Art. 7º - A qualificação como Oscip será solicitada pela entidade interessada ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão por meio de requerimento escrito, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

IV - documentos que comprovem a experiência mínima de dois anos da entidade na execução das atividades indicadas no seu estatuto social,

conforme o previsto em regulamento."

Aí é que está o ponto mais polêmico, Sr. Presidente, porque o § 1º diz o seguinte: (- Lê:)

"A comprovação prevista no inciso IV do "caput" deste artigo poderá, a partir da data de publicação desta lei, até 31 de dezembro de 2009, ser suprida mediante comprovação da experiência dos dirigentes da entidade na execução das atividades indicadas em seu estatuto social, conforme previsto em regulamento."

Veja como a questão é polêmica: estão propondo a substituição da experiência de dois anos da entidade pela figura do dirigente. É como se estivéssemos criando a figura do "oscipeiro" profissional. É mais ou menos o que ocorre nas farmácias. Um farmacêutico responde por duas, três, cinco farmácias ao mesmo tempo. Passamos a criar a figura do "oscipeiro": aquele que já tem experiência no mercado - porque aqui em Minas tudo funciona em função do mercado, que é rei e manda em tudo - pode sair por aí gestando várias Oscips, pelo seu tempo de experiência. A salvaguarda encontrada é um quórum especial no conselho de políticas públicas de cada uma dessas Oscips, para que exista um mínimo de controle sobre essas Oscips.

Essa questão já havia sido incluída no projeto do Governador, e não foi respeitada, porque foi vetada. Acertadamente, em seu projeto, o Deputado Vanderlei Miranda reincluiu esse artigo, que fala do controle por meio da votação de dois terços no conselho. Esperamos que seja aprovado, que não seja vetado.

É muito preocupante a situação de algumas Oscips no Estado de Minas Gerais, que vêm para denegrir, para fugir de seu papel fundamental. É o caso da Oscip, em tese, criada para melhorar a situação da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, que, na verdade, serviu como exterminador de cargo público dos músicos da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, que são funcionários públicos, servidores públicos de carreira, efetivos, que participaram de um concurso público. Assim, criou-se o Instituto Cultural da Orquestra Sinfônica - Icos -, Oscip utilizada para continuar arrecadando dinheiro público, e não privado, porque sai do caixa do Estado, mas que serviu para tirar os cargos dos servidores públicos que faziam parte da orquestra e criar um mostrengo, porque se criou um clone dela e lhe deram um nome diferente. Usurparam o nome Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, a nossa querida, respeitada, histórica e cultural Orquestra Sinfônica de Minas Gerais; criaram uma aberração jurídica, um clone dela, e deram o nome de Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais. Enfiaram uma palavrinha no meio para deturpar seu objetivo fundamental. A função da Oscip era valorizar o servidor de carreira da orquestra sinfônica. A Oscip não pode servir para tirar cargo de servidor público, não pode servir para facilitar o trânsito do dinheiro da esfera pública para favorecer a esfera privada, nos moldes do que foi feito com a Orquestra Sinfônica de São Paulo ou com a dos Estados Unidos. Não pode ser assim.

Regulamentar com mais rigor a legislação das Oscips é fundamental para garantir o princípio da transparência, da publicidade, da impessoalidade e da função fundamental do poder público, que não pode ser substituído por essas Oscips, que devem ser auxiliares do poder público, que devem servir para ajudar o Estado nas esferas em que precisa do apoio da sociedade, como previsto na Constituição Federal, por exemplo, na área de assistência social. Há muita Oscip séria na área de assistência social que complementa a atividade do poder público. Mas, se uma Oscip vem substituir o poder público, entrar no lugar das funções essenciais do Estado, estaremos deturpando a Constituição Federal e a Constituição do Estado de Minas Gerais.

Por isso, Sr. Presidente, achamos importante priorizar o requerimento que está em votação. Que possamos aprová-lo para que se coloque como prioridade absoluta da pauta da Casa o projeto do Deputado Vanderlei Miranda, que tenta corrigir o mal que já foi feito, porque já se abriram as porteiças das Oscips. Mas devemos pelo menos ter uma salvaguarda para que essas Oscips, que vão substituir a figura dos dois anos de experiência da entidade pela da pessoa do seu dirigente, sejam mais controladas pela votação de quórum qualificado de dois terços do conselho de políticas públicas de controle das Oscips. Isso é fundamental. Nesse sentido, nós, da Bancada do PT-PCdoB, somos favoráveis à inversão da pauta, somos favoráveis a votar imediatamente o projeto da forma como está redigido e esperamos mais uma vez que não seja vetado, porque, se o for pela segunda vez, começaremos a pensar coisas piores que as que estão acontecendo no Estado, cuja gravidade será maior: o Estado ser substituído pelas Oscips. De repente, até o Governador será substituído por uma Oscip; de repente, até uma Oscip vai querer governar o Brasil; e isso não vamos permitir, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Ademir Lucas.

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, para encaminhar a votação, dizemos que estamos de pleno acordo com esse requerimento. A matéria, cuja autoria é de um membro desta Casa, é extremamente importante, e o nosso apoio é inegável.

Aproveito a oportunidade para registrar meu sincero e profundo agradecimento ao Deputado Carlin Moura pelo apoio explícito que deu à nossa iniciativa de incluir os moradores de Contagem, do Bairro Confisco, no projeto de lei que autoriza a Prefeitura de Belo Horizonte a outorgar escritura apenas para os moradores de Belo Horizonte. Disse isso ontem, à noite, e, hoje, o Deputado deu apoio à nossa iniciativa, porque os cidadãos de Contagem não são de segunda categoria, de segunda classe. Se será outorgada a escritura do Confisco aos moradores da parte de Belo Horizonte, não há nenhuma razão para não fazer o mesmo para os moradores de Contagem. O Bairro Confisco é único, o Conjunto Confisco é único, e nós apoiamos a Justiça por inteiro: meia justiça não é justiça. Nossa iniciativa foi a de outorgar a escritura aos moradores do Confisco de Belo Horizonte e aos moradores do Confisco de Contagem. Agradeço penhoradamente ao Deputado Carlin Moura o apoio dado à minha iniciativa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Em nome do Bloco PT-PCdoB encaminho favoravelmente o requerimento do Deputado Vanderlei Miranda pela inversão da pauta, pois consta no Evangelho que os últimos serão os primeiros. Na nossa pauta não é possível entender por que um projeto tão importante - na minha avaliação, um dos mais importantes que se encontram na pauta de hoje -, que justamente dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscips -, encontra-se em último lugar.

Vejam o grande número de projetos que se encontra na pauta de hoje. São vários, não nomearei todos, mas são muitos. Eu só queria entender por que um dos projetos mais importantes encontra-se em último lugar. Portanto, é justa a inversão de pauta para que esse projeto seja discutido e votado em primeiro lugar, para ir à sanção do Governador. Podem ter certeza de que, se for vetado, haverá pressão desta Casa, que se mobilizará para reverter a situação. Realmente, há necessidade de disciplina, rigor e fiscalização. Compreendemos e apoiamos as Oscips sérias, que têm compromisso social, que são prioridades, mas sabemos que há muita coisa errada nesse meio que não podemos permitir. É papel desta Casa e responsabilidade de cada um de nós e de todos os partidos da Assembléia permitir a existência de critérios de controle e fiscalização.

Questão de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, quero entender por que o projeto do Deputado Vanderlei Miranda está em último lugar. Mostrei aos Deputados a pauta e o grande número de projetos que contém. Embora respeite todos os outros, o projeto mais importante será apreciado em último lugar. Isso não é certo, não é justo e, por isso, encaminhamos favoravelmente a aprovação do requerimento de inversão de pauta.

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado Weliton Prado que, com referência à pauta, os arts. 275, 276, 277 e 278 estabelecem a preferência e destaque, e é praxe da Mesa da Casa que os projetos em 2º turno estejam em preferência. Portanto, o projeto de importância que o senhor cita está em 1º turno, motivo pelo qual está em último lugar.

O Deputado Weliton Prado* - O que é essa inversão de pauta? É tomar o projeto que se encontra em último lugar, justamente o Projeto nº 2.162/2008 e passá-lo para o primeiro lugar.

Será o primeiro projeto a ser apreciado. Espero ter a certeza de que a maioria dos Deputados votarão a favor do requerimento de inversão de pauta.

O Deputado Carlin Moura falou sobre uma questão muito séria, à qual fiquei atento, em relação à troca do nome da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais. Criaram uma aberração jurídica. Quero me certificar se há realmente possibilidade de isso ocorrer. Dessa forma, essa Oscip receberá dinheiro público, inclusive da Cemig. Se for verdade, acho uma injustiça, porque, ao invés de se valorizarem os funcionários, os servidores, os músicos de carreira que estão lá há muito tempo, criaram uma Oscip, que receberá muito mais do que quem se dedicou toda a sua vida ao Estado. Isso é muito injusto, ainda mais receber recursos públicos da Cemig. Recebi essa informação, mas tenho de verificar se é procedente. A Cemig teve um faturamento de R\$1.700.000.000,00 no ano passado. É muito dinheiro. E quem paga a conta é a população.

O Sr. Presidente - Deputado Weliton Prado, V.Exa. está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento do Deputado Vanderlei Miranda. Solicito a V. Exa. que volte ao assunto.

O Deputado Weliton Prado* - Compreendo. Sr. Presidente, mais uma vez, cobro o princípio da isonomia. Concordo com V. Exa. do ponto de vista regimental. V. Exa. está coberto de razão, mas perde a razão quando o Deputado Ademir Lucas, que me antecedeu, falou sobre questões pontuais de Contagem, que não tinham nada a ver com o requerimento em pauta. Com todo o respeito, V. Exa. perde a razão.

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado Weliton Prado que tenho advertido todos os Deputados que pedem a palavra para encaminhar a votação e se desviam da matéria. Portanto, solicito ao Deputado que volte a encaminhar o requerimento do Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Weliton Prado* - Compreendo e respeito o seu posicionamento, mas V. Exa. perde a razão, a partir do momento em que o Deputado Ademir Lucas pediu para encaminhar o requerimento e falou sobre outros assuntos e, em momento algum, foi-lhe chamada a atenção. Não está havendo o princípio da isonomia. Quando faço uso da palavra, não posso me referir à energia elétrica, porque estou fugindo do assunto, mas não foi feita nenhuma interferência ao pronunciamento do Deputado Ademir Lucas, que falou sobre uma questão pontual de Contagem. Questiono isso e apresento um desafio: que sejam solicitadas à assessoria da Casa as notas taquigráficas, para comprovar se houve intervenção na fala do Deputado Ademir Lucas, e as notas taquigráficas referentes à minha fala. Há dois pesos e duas medidas.

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado que não há dois pesos e duas medidas. O Presidente está aqui para cumprir o Regimento, e vamos cumpri-lo. Solicito ao Deputado que volte ao assunto, senão será cortada a sua palavra.

O Deputado Weliton Prado* - Pode cortar a minha fala. Infelizmente, é desse jeito que as coisas são encaminhadas aqui. Não há problema. Não vou parar de brigar, abaixar a cabeça; vou para cima. Tive mais de 120 mil votos. Pode ter a certeza de que não temos medo de pressão. Vamos continuar a nos mobilizar em relação à questão da tarifa de energia.

O projeto do Deputado Vanderlei Miranda, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispendo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip -, teve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Da mesma maneira, a Comissão de Administração Pública opinou favoravelmente. Estou discutindo o requerimento, de forma específica, mas o Deputado que me antecedeu discutiu outros assuntos, muito justos, inclusive de autoria do próprio parlamentar.

O Deputado saiu fora do assunto, e, em momento nenhum, houve intervenção por parte da Presidência. Agora este Deputado, infelizmente, em todas as vezes que utiliza a tribuna... Mas é assim mesmo, vamos lá e esperamos, pelo menos, que tenhamos o apoio dos Deputados desta Casa para que consigamos aprovar esse requerimento de inversão de pauta. Por quê? O que objetiva o projeto? Qual o objetivo do projeto? O projeto visa a dar o quê? Dar uma nova redação ao art. 12. Do que se trata? Trata-se justamente das OSCIPs. Está aqui: "Durante o período que se refere..." - e esta é uma questão técnica, do ponto de vista constitucional da legislação, o art. 7º celebrado no termo de parceria - "... fica condicionada à aprovação prévia de 2/3 dos membros do Conselho de Política Pública da área da atuação da entidade.". Isso dará justamente a transparência, o controle e a fiscalização. Então, essa é a questão inovadora do projeto. Por isso, esperamos que, se a votação do projeto for invertida e ele for apreciado em primeiro lugar e aprovado, o governo tenha sensibilidade e não venha vetá-lo, pois ele tem realmente um grande alcance.

Está também aqui, no art. 4º: "...que os documentos que comprovam a experiência mínima de 2 anos da entidade na execução das atividades indicadas no seu estatuto social, conforme previsto no regulamento.". Então, é muito importante ter uma comprovação da seriedade e idoneidade dos trabalhos desempenhados por essa Oscip. Tenho a certeza absoluta de que, se o requerimento for aprovado, receberemos o apoio da maioria dos Deputados desta Casa para que o projeto também seja aprovado. Faltam 25 segundos e terminarei o meu pronunciamento em cima, para que a minha palavra não seja cortada, e não quero dizer que é V. Exa., mas já aconteceu, outras vezes, o Deputado falar 12, 13, 15 minutos, e não ter problema. Eu, por outro lado, tenho o meu tempo exato e, se passar um segundo, não posso falar e tenho a palavra cortada. Então, vou terminar exatamente no tempo para não sofrer nenhum tipo de constrangimento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, a relevância do projeto nos leva, então, a apreciar esse requerimento, trazendo-o para ser discutido. Ele ainda está em fase de discussão. Se conseguirmos aprovar o requerimento, facilita...

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado Padre João que o requerimento está em fase de encaminhamento de votação.

O Deputado Padre João* - Refiro-me ao projeto que está em discussão. Ou seja, se conseguirmos aprovar o requerimento que está em votação, é possível discutir mais o projeto que está em discussão. Assim, ele não teria prioridade em relação aos outros que já estão em fase de votação e também em 2º turno. Por que é importante conseguirmos discutir? Porque é uma maneira de explicitarmos para toda a comunidade, até mesmo para os colegas, o que é realmente o papel principal da Oscip e como e quando ela o cumpre. Seria bom votarmos esse requerimento e, quanto antes, discutir o projeto, pois sabemos da importância de qualquer organização, seja do associativismo, seja do cooperativismo, seja do que se torna agora mais popular: a Oscip, essa organização da sociedade civil com interesse público.

Existem trabalhos relevantes das Oscips, seja na área de saúde, seja na área educação, até mesmo na área de trabalho e de renda; porém o grande problema existe, já foi salientado aqui, quando a experiência da entidade, da organização em si, é ignorada e transferida para a

experiência de uma pessoa. Isso é um grande risco porque o desafio maior de qualquer organização - até mesmo da organização menor que é a família - são as relações, a gestão coletiva. O grande desafio, seja do cooperativismo, seja do associativismo, seja de uma Oscip, é a coletividade, é ter uma gestão coletiva, eficiente e eficaz para garantir a qualidade do serviço prestado, sobretudo porque há dinheiro público em jogo, assim como recursos da iniciativa privada.

Foi um grande risco quando se abriu a exceção até 2009 para valorizar não a existência da organização, mas a experiência de um dirigente. O ideal é que o projeto cumpra a tramitação e, quando puder ser apreciado, seja pelo menos discutido para trabalhar mais, para socializar com a sociedade e mostrar quais são os benefícios que uma Oscip pode prestar à sociedade nas diversas áreas, mas também quais os riscos. Isso já foi abordado pelo nobre Deputado Carlin Moura como uma forma de o Estado ir saindo fora de um processo, como dizem, tirando o corpo fora e entregando um determinado serviço para a sociedade. Isso é um risco, porque é, na verdade, uma forma de privatizar e de dizer que agora esse serviço é por conta dos outros.

É importante votarmos o requerimento devido à relevância do projeto de lei do Deputado Vanderlei Miranda. No ano passado, o projeto foi discutido, assim como o foram outros projetos da área da saúde. Discutimos sobre as Oscips em um trabalho específico da área da educação, assim como estamos discutindo projetos importantes como esse que trata da tabela dos servidores, sobre o qual não conseguimos um consenso com o governo, sobretudo com a Secretária de Planejamento, Sra. Renata Vilhena. As Oscips têm prestado relevantes serviços, sobretudo nas áreas da saúde e da educação, embora tenhamos gargalos no Estado no que tange à saúde, como a tabela dos servidores. Estamos discutindo o tema da saúde, sobretudo quando querem mudar a jornada de trabalho de 30 para 40 horas. Isso é um problema. Faremos de tudo para forçar o governo a uma compreensão.

Gostaria de ler, na íntegra, o § 1º, as exigências do documento. Acho que ainda persiste o porquê de uma insistência que diz: "A comprovação prevista no inciso IV" - ou seja, há uma comprovação de dois anos de existência - "poderá, a partir da data de publicação desta lei, até 31 de dezembro de 2009, ser suprida mediante comprovação de experiência dos dirigentes da entidade na execução das atividades indicadas em seu estatuto social".

Se a pessoa tem experiência em educação, pode assumir, independentemente de aquela Oscip ter menos de uma... Se a pessoa é da área da saúde, ocorre a mesma coisa. Isso ainda é, de certa forma, um risco, mas somos favoráveis ao requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, que antecipa o projeto. A bancada também o é. Queremos votar, mas para fazer um bem ao Estado. Esta Casa deve cumprir o seu papel, é algo que tem de ser feito em conjunto. Não resolve dar com uma mão e tirar com a outra. Temos compromissos sérios para com a saúde, e os servidores pedem atenção desta Casa para que avancemos juntos.

Queremos trabalhar e aqui estamos para votar, mas com coerência. Não resolve avançar em relação à Oscip, que é importante e louvável, se o Estado não avançar nem sequer na negociação com o sindicato, para que a tramitação de outros projetos também avance. Eles estão agarrados na Comissão.

Esse é o primeiro papel do Estado, sobretudo em relação a um assunto tão delicado como a saúde dos servidores e daqueles que dependem do Estado. Milhões de pessoas dependem do Estado e não podem pagar plano de saúde. Por isso, as Oscips cumprem o papel de suprir essa deficiência do Estado. Aliás, a razão da existência das entidades é suprir deficiências do Estado. Houve tempo, por exemplo, em que não havia uma política pública voltada para a criança, para o adolescente nem para o idoso, e a sociedade, por motivações filantrópicas ou religiosas, prestava esse serviço por amor à vida. Mas é papel do Estado dar qualidade de vida a todos, sobretudo no que diz respeito à educação e à saúde.

A Oscip supre certas deficiências, mas não podemos abrir mão do papel principal do Estado. Não podemos permitir que o Estado vá saindo de fininho, como dizem, dando espaço para outras organizações, que, depois, têm de mendigar recursos, muitas vezes do próprio Estado. Somos favoráveis ao requerimento. Queremos votar com coerência e avançar no que tange a outros projetos também importantes.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos. Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Ronaldo Magalhães) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 12 Deputados; portanto não há quórum para a continuação dos trabalhos. A Presidência declara prejudicado o requerimento.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2008

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo e Inácio Franco, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Padre João e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Alfredo Pastori Neto, Presidente da Câmara Municipal de Araguari (29/3/2008) e de servidores da Gerência Regional de Saúde de Ponte Nova (27/3/2008). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.973/2007, para a qual designou o relator, no 1º turno o Deputado Ademir Lucas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Ademir Lucas, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.973/2007, com as Emendas nºs 2 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado André Quintão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.071/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, 2.071/2008, da Comissão de Direitos Humanos, e 2.094/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - Ademir Lucas - André Quintão - Inácio Franco.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 8/4/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiências física e visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas 1a 3, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa- Tempo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER - MG - a doar ao Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER - MG - a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 952/2007, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a Bolsa Verde, o Programa de Identificação, Catalogação e Preservação de Nascente de Água no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Alpinópolis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que altera a Lei nº 16.669, de 8/1/2007, que estabelece normas para a adoção de material didático pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispondo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 8/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Resolução nºs 2.207 e 2.211/2008, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Projetos de Lei nºs 1.720/2007, da Deputada Elisa Costa; 1.956/2007, do Deputado Eros Biondini; 1.010/2007, do Deputado Padre João; 1.426/2007, do Deputado Paulo Guedes; 1.628/2007, do Deputado Célio Moreira; 1.718/2007, da Deputada Elisa Costa; 1.898/2007, do Deputado Roberto Carvalho; 1.927/2007, do Deputado Antônio Genaro; 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 1.968/2007, do Deputado Ruy Muniz; 1.981/2008, do Deputado Carlin Moura; 2.141/2008, do Deputado Délio Malheiros; 2.158/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 2.163/2008, do Deputado Délio Malheiros; 2.165/2008, do Governador do Estado; 2.174/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.179/2008, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.067/2007, do Deputado Tiago Ulisses; 1.705/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.166/2008, do Governador do Estado; 2.167/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.171/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.180/2008, do

Deputado Lafayette de Andrada; 2.183/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.186/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.188/2008, do Deputado Deiró Marra; 2.189/2008, do Deputado Carlin Moura; 2.190/2008, do Deputado Fábio Avelar; 2.233/2008, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 8/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.953/2007, do Deputado Durval Ângelo.

Requerimentos nºs 2.130/2008, do Deputado Deiró Marra; 2.131/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.136/2008, do Deputado Paulo Guedes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 8/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.069/2008, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 8/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.973/2007, do Governador do Estado, 1.943/2007, do Deputado Vanderlei Miranda e 1.949/2007, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.146/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 8/4/2008, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos; 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física e visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado de Minas Gerais; 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve

ao Município de Passa-Tempo; 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem; 952/2007, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a Bolsa Verde, o Programa de Identificação, Catalogação e Preservação de Nascente de Água no Estado de Minas Gerais; 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto; 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica; 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica.; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Alpinópolis; 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica; 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica; 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que altera a Lei nº 16.669, de 8/1/2007, que estabelece normas para a adoção de material didático pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular e dá outras providências; 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica; 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica; 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica; 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais a doar ao Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica; 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica; e 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispondo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 7 de abril de 2008.

Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente no exercício da Presidência.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Membro do Conselho de Defesa Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Costa, Carlos Pimenta, Dimas Fabiano, Lafayette de Andrada e Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2008, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2008.

Sebastião Costa, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ronaldo Magalhães, Ademir Lucas, Padre João e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, do Tribunal de Justiça, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2008.

Weliton Prado, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Administração Pública; as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Ana Maria Resende e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, para a reunião a ser realizada em 8/4/2008, às 16h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, a real situação por que passa a Universidade do Vale do Rio Verde - Unincor -, com a presença de diversos convidados, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 1º/4/2008

O Deputado Paulo Cesar - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público que nos assiste pela TV Assembléia e pessoas que acompanham os nossos trabalhos das galerias, boa tarde. Volto a esta tribuna para tratar de dois assuntos que dizem respeito a Nova Serrana e região. Um dos temas é muito positivo, e o outro, infelizmente, extremamente negativo. Vou começar pelo tema mais espinhoso e que causa grandes transtornos ao povo do Centro-Oeste de Minas Gerais, região tão importante para o desenvolvimento de Minas e que, com outros colegas, tenho a honra de representar nesta Casa. Trata-se do atraso nas obras de duplicação da BR-262, entre Betim e Nova Serrana.

Essas obras tiveram os editais lançados, com pompa e circunstância, pelo então Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, em fevereiro do ano passado, em cerimônia realizada em Nova Serrana, da qual participei. Na oportunidade, o Ministro garantiu que, em três anos, o trecho entre Betim e Nova Serrana, da BR-262, estaria duplicado, inclusive com o início das obras previsto para julho do ano passado. Contudo, esses editais foram revogados pelo DNIT em 4 de maio do ano passado, apenas dois meses depois de serem anunciados à população.

O DNIT alega que atendeu a uma recomendação do Tribunal de Contas da União, que apontou irregularidades na licitação. Todavia, o DNIT, em clara demonstração de pouco caso, até hoje, não lançou outro edital para as obras de duplicação da BR-262 entre Betim e Nova Serrana. Assim, atendendo à conclamação feita ontem, no Rio de Janeiro, pelo Presidente Lula, que pediu ao povo que cobrasse da Ministra Dilma Assuf o correto andamento das obras do PAC, faço aqui este alerta, inclusive para que o PAC não caia em descrédito, pois somos cobrados pela população a cada acidente que ocorre na BR-262, nesse perigoso trecho entre Betim e Nova Serrana.

Fica realmente muito chato participarmos de uma festa que anuncia uma obra importante, causando grande expectativa na população, e, depois de um ano, não termos nem sequer um novo edital para esta obra. Quanto tempo mais levará o DNIT para realizar as modificações no edital solicitadas há tanto tempo pelo Tribunal de Contas da União? Os técnicos, que ficam trancados o dia inteiro em seus gabinetes, parecem não ter a devida sensibilidade para o problema. A BR-262, no trecho entre Betim e Nova Serrana, continua matando gente todos os dias, e somos nós, que temos contato permanente com o povo, que sentimos o drama de quem perdeu amigos e familiares em acidentes nessa BR. Por isso estou iniciando uma mobilização, para que seja retomado, o mais breve possível, o processo de licitação para as obras de duplicação da BR-262. Enviei ofício aos Senadores mineiros, a toda a bancada mineira na Câmara dos Deputados, ao Ministro das Comunicações Hélio Costa, sempre atento à defesa dos interesses de Minas, e também à mãe do PAC, a Ministra Dilma Rousseff, alertando-a de que este filho pródigo, chamado de duplicação da BR-262, está custando muito a nascer.

Conto com meus colegas nesta Casa para que se mobilizem, pois as obras na BR-262 interessam ao povo do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, que igualmente tem de usar essa rodovia para ter acesso às suas regiões. Também manifesto aqui o meu apoio ao movimento de vários colegas nesta Casa, comandados pela Deputada Rosângela Reis, que igualmente se mobilizam pela duplicação do trecho da BR-381 entre Belo Horizonte e Governador Valadares, outra rodovia que causa muitas mortes e enormes prejuízos à economia desta igualmente importante região de nosso Estado.

E, como o meu partido, o PDT, faz parte da base de apoio do governo no Congresso Nacional, sinto-me na obrigação ainda de alertar para o andamento das obras do PAC, porque, se por acaso acontecer em todo o Brasil a falta de empenho demonstrada pelo DNIT em Minas nas obras da BR-262, o PAC será apenas um programa de aceleração do crescimento do faturamento das agências de publicidade. E há outro aspecto importante: o governo garante que não faltarão recursos para as obras do PAC. E não devem mesmo faltar, pois os números mostram que nunca se arrecadou tanto imposto no Brasil. De acordo com matéria publicada pela imprensa em 25 de março, a arrecadação federal em Minas cresceu 16,7% no primeiro bimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2007. Apenas em janeiro e fevereiro de 2008, a Receita Federal do Brasil arrecadou cerca de R\$7.200.000.000,00 em Minas Gerais, enquanto a duplicação da BR-262 demanda investimentos apenas de R\$375.000.000,00. Portanto está demonstrada a má-vontade do DNIT para com essa importante obra.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)* - Sr. Deputado Paulo Cesar, obrigado por me conceder este aparte. Apenas uso da palavra neste momento para parabenizá-lo pela iniciativa desta mobilização que V. Exa. começa a fazer para a retomada da concorrência para a duplicação da BR-262. Vejo, Deputado Paulo Cesar, que, com certeza, essa sua mobilização terá efeito e ressonância em todos os Deputados desta Casa. Para nós, do Triângulo, e para mim especialmente, e que sou de Uberaba e da região do Baixo Rio Grande, essa BR-262 é de vital importância.

Várias, várias foram as vidas de uberabenses e de pessoas de toda a região do Baixo Rio Grande que foram ceifadas nessa rodovia. Nós mesmos, que freqüentemente transitamos por ela, vindo de Uberaba para trabalhar em Belo Horizonte ou voltando para nossas casas, por várias vezes presenciamos diversos acidentes, quando pudemos ver a tristeza do dizimar de famílias inteiras ou da morte de entes queridos que morrem na BR-262.

Deputado Paulo Cesar, V. Exa. terá, com certeza, a aprovação e a solidariedade da população de todo o Triângulo e de todo o Estado, por aqueles que transitam por essa importante rodovia, incluída a da sua Nova Serrana, que tanto precisa dessa ligação com Belo Horizonte. E mais, Sr. Deputado, se reclamamos, muitas vezes, que o Triângulo não se sente muito próximo de Belo Horizonte, não o fazemos em razão da distância, porque de Uberaba a Belo Horizonte são exatamente 500km, e de Uberaba a São Paulo há também 500km; todavia, para se chegar a São Paulo, o acesso é por uma via dupla, um verdadeiro tapete. Refiro-me a parte da BR-050, continuando pela Anhangüera. Sr. Deputado, conte conosco, conte com este parlamentar e, com certeza, com toda a bancada do Triângulo, que poderá cerrar fileiras com V. Exa. nessa mobilização. Parabéns.

O Deputado Paulo Cesar - Obrigado, Deputado Fahim Sawan. Contamos com seu o apoio, com o de toda a bancada do Triângulo e o de todos os Deputados desta Casa, porque essa obra não é importante somente para nós, do Centro-Oeste e do Triângulo, mas para todo o Estado, especialmente para quem transita pelo trecho da BR-262 saindo da BR-381 até Juatuba.

Mas, felizmente, nem todas as notícias são espinhosas em nossa região, e esse é o segundo tema que me traz hoje a esta tribuna, porque, apesar das más condições das rodovias para escoar a produção, da concorrência desleal dos produtos da China e até de campanhas negativas promovidas por órgãos da imprensa de outros Estados, a produção de calçados continua sendo o motor de desenvolvimento de Nova Serrana e região. Segundo dados da pesquisa mensal do Ministério do Trabalho e Emprego, o Município de Nova Serrana é a 4ª cidade com maior geração de empregos em Minas Gerais. Os números do Ministério do Trabalho mostram que o setor calçadista mineiro está entre os nove segmentos que, no primeiro bimestre do ano, mais geraram empregos.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Deputado, gostaria de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, principalmente em sua primeira parte, que aborda tema da maior importância para o Estado de Minas Gerais. Há poucos dias, na Comissão de Saúde, realizamos uma audiência pública, à qual V. Exa. estava presente, assim como autoridades da área de saúde, do DNIT e do DER, para avaliar especificamente os acidentes rodoviários ocorridos no Estado de Minas Gerais, incluídos os ligados a essa rodovia de que V. Exa. tratou há pouco.

Em todo o Brasil, os acidentes rodoviários são muito graves. A média desses acidentes ocorridos em nosso país é muito acima da média mundial. O Brasil é quase o campeão mundial de acidentes rodoviários, e Minas Gerais, caro Deputado, lamentavelmente, destaca-se nessa área. V. Exa. nos trouxe o problema dessa estrada, onde ocorrem os mais graves acidentes do nosso Estado. Em média, são seis mortes por acidentes rodoviários, por dia, em Minas, no local do acidente, sendo que, fora do local do acidente, ocorrem mais nove, porque muitos pacientes são removidos para os hospitais e para as UTIs, onde vêm a falecer. No total, 15 pessoas morrem, por dia, no Estado de Minas Gerais, em razão dos acidentes rodoviários.

A causa principal desses acidentes, como V. Exa. acompanhou e sabe, é a imprudência no trânsito, que abrange o excesso de velocidade e a ultrapassagem em local proibido. No entanto, as condições precárias das nossas estradas comandam esse espetáculo. Há má sinalização, e estradas muito movimentadas não são duplicadas, como é o caso da rodovia objeto da abordagem de V. Exa.

Então, o assunto é extremamente pertinente e oportuno, pois, como sabemos, essa estrada é uma das mais movimentadas do Estado. Portanto, merece a providência que V. Exa. solicita. Obrigada.

O Deputado Paulo Cesar - Obrigado, Deputado Carlos Mosconi. A partir daquela audiência pública, tomei essa iniciativa. Por meio do representante do DNIT, tomamos conhecimento dessa situação. Estamos começando essa movimentação, uma vez que ele nos informou que a licitação estava parada. Até então, todos nós achávamos que se estava aguardando a autorização para o início da obra, que foi anunciada pelo Ministro, oportunidade em que haveria festa e participação de todos os Deputados da região. Estamos iniciando esse movimento a fim de conseguirmos, junto ao governo federal, a autorização para a licitação da obra. Obrigado, Deputado Carlos Mosconi.

Continuarei agora o meu pronunciamento sobre a indústria calçadista. A produção de calçados em Minas Gerais gerou crescimento de 3,82% no índice de empregos criados no Estado, superando segmentos como a construção civil, a fabricação de material elétrico e de comunicação, o setor de ensino, a administração de imóveis e a metalurgia. Fica, então, feito o registro. Mais uma vez, parabenizamos os empresários do setor calçadista de Nova Serrana e região, que, apostando na tecnologia, em desenhos inovadores, na qualidade dos produtos e na divulgação das marcas, conseguem vencer enormes desafios, criam empregos, geram renda, arrecadam impostos e impulsionam o desenvolvimento de Minas Gerais. Obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, companheiros que nos acompanham das galerias, bem como pela TV Assembléia em vários Municípios de Minas Gerais, subo a esta tribuna com uma alegria incomum, para comemorar o momento histórico por que passa o País. Gostaria de utilizar esses 15 minutos para falar da transformação social e econômica experimentada pelo Brasil nos últimos cinco anos, no governo do Presidente Lula, do PT. São várias as ações que beneficiam todas as camadas da sociedade brasileira, o que tem diminuído, de forma espetacular, as desigualdades sociais. O Brasil, pela primeira vez, entra para o seleto grupo de países que apresentam alto índice de desenvolvimento humano. O País já ultrapassou a meta de reduzir pela metade a pobreza extrema. Os números referentes a esse período são animadores: 9.700.000 brasileiros saíram da miséria e 20.000.000 deixaram as classes D e E, passando para a classe C. Tudo isso permitiu uma grande renovação na área social, já que se registra aumento significativo na renda das pessoas. Nos últimos cinco anos, a renda das famílias chegou a mais de R\$1.000.000.000,00, e a renda média do brasileiro cresceu 5,3%. O reajuste real do salário mínimo, que voltou a ter poder de compra, foi de mais de 32%.

Há cinco anos, vimos o Deputado Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, lutar incansavelmente no governo Fernando Henrique para que o salário mínimo chegasse a pelo menos US\$100,00. Hoje estamos comemorando o fato de que o salário mínimo no Brasil já chegou à casa dos US\$250,00. Trata-se de um reajuste histórico, que tem melhorado significativamente a qualidade de vida do povo brasileiro.

Os números estão aí para todo o mundo ver. Os domicílios que são beneficiados por energia elétrica aumentaram. Hoje, 97,2% dos domicílios brasileiros são beneficiados com energia elétrica e 74% com o sistema de telefonia. Na área de saneamento básico, houve uma transformação nos quatro cantos do País. Nunca se investiu tanto em saneamento básico como nos últimos anos.

Outra transformação que estamos vendo acontecer no Brasil é no sistema educacional. O Presidente Lula tem tratado a educação como ela merece, dando oportunidades, criando novas oportunidades e novos cursos. Podemos comemorar números importantes, como em 2007, quando o governo federal atendeu a 235 mil jovens com o ProJovem, jovens de famílias carentes que jamais sonhavam chegar a uma faculdade.

Em 2007, 310 mil alunos foram atendidos pelo ProUni e 235 mil pelo ProJovem. Este ano o governo abrirá mais 229 mil vagas no ProUni, chegando a quase 1 milhão o número de jovens atendidos, sem levar em conta a abertura de 15 novas faculdades federais e de 86 cursos de extensão de faculdades federais em várias cidades brasileiras, o que proporcionará o aumento de cerca de 36 mil novas vagas por semestre. Além disso, o Presidente Lula determinou a abertura de mais 214 escolas técnicas, das quais 64, Deputado Carlin Moura, já estão em funcionamento e 150 em processo de licitação.

É importante destacar - e aqui quero agradecer à bancada federal - o fato de terem sido destinados, este ano, R\$143.000.000,00 de emendas federais às faculdades de Minas. Isso possibilitará, por exemplo, a abertura do "campus" da Unimontes na cidade de Manga, um ganho histórico para a região.

Outra transformação importante ocorre na área social. Os programas sociais do governo têm melhorado significativamente a vida de todos os brasileiros. Hoje, 11 milhões de famílias são atendidas pelo Programa Bolsa-Família, e 7.300.000 brasileiros já receberam energia elétrica em casa, por meio do programa Luz para Todos.

Foram, ainda, emprestados R\$8.400.000.000,00, por meio do Pronaf, para a agricultura familiar. Cerca de 450 mil famílias foram assentadas em uma área de 38.000.000ha nos últimos anos.

O nosso governo do PT permitiu ainda a abertura do sistema bancário para as famílias mais pobres. A Conta Fácil da CEF é o maior programa de inclusão bancária da história, com quase 5 milhões de contas ativas e com saldo de R\$210.000.000,00 em créditos.

O País volta a crescer de forma sustentável, com distribuição de renda e aumento do emprego formal. O PIB, que cresce há 23 trimestres consecutivos, chegou a R\$2.500.000.000.000,00 - aumento de 5,2% em relação a 2006. Isso tem permitido a volta dos empregos formais.

Quando o Presidente Lula prometeu, em sua campanha de 2002, gerar 10 milhões de empregos no Brasil, foi motivo de chacota por parte de quem estava no governo nessa época, os membros do DEM e do PSDB, que governaram o Brasil por oito anos. O País teve o maior índice de desemprego da história nesse triste período. Hoje, cinco anos depois, estamos comemorando um número recorde: 10.200.000 vagas criadas, sendo 8.500.000 com carteira assinada. A promessa do Presidente Lula será certamente cumprida no final de 2008, Deputado André Quintão. E atingiremos um recorde histórico, ultrapassando a casa dos 14 milhões de empregos com carteira assinada. Sem dúvida, essa será uma transformação social muito grande para o nosso país.

A inflação está controlada, o consumo cresce há 16 trimestres consecutivos, os investimentos crescem há 15 trimestres consecutivos. No ano passado, somente os investimentos estrangeiros ultrapassaram a casa dos US\$34.000.000.000,00, quase o dobro em relação a 2003. Somente em janeiro deste ano o Brasil recebeu quase US\$5.000.000.000,00 - foi o melhor janeiro da série histórica. Tudo isso, Deputado Luiz Tadeu Leite, permitiu que diversas agências internacionais considerassem o Brasil o quinto entre os países do mundo que oferecem melhores condições para investimentos.

Ficamos muito alegres por saber que o Presidente Lula tem conseguido, em tão pouco tempo, fazer essa transformação histórica. A balança comercial brasileira bate recorde anualmente. Ano passado exportamos US\$165.600.000.000,00, recorde histórico, com saldo de US\$36.400.000.000,00 na balança comercial. As reservas internacionais nunca estiveram tão fartas - hoje, chegamos à casa dos US\$200.000.000.000,00 o vilão, o medo do FMI, da dívida externa, que tomava conta do noticiário nacional há cinco anos. Todo ano o governo ia de pires na mão ao FMI para pegar dinheiro emprestado. Hoje, graças a Deus, o Presidente Lula, o governo do PT pagou tudo o que devia ao FMI, não deu calote. O Brasil saiu da situação de devedor internacional para credor internacional. Tudo isso ocorreu em pouco mais de cinco anos.

Além disso, o superávit primário tem garantido a regularidade das contas públicas, diminuindo a dívida interna e ajustando, de forma significativa, as contas do País.

Cresce também, de forma significativa, a produção industrial. Nunca se produziu tanto como agora no Brasil. Para se ter uma idéia, só no ano passado, o Brasil produziu 3 milhões de unidades de novos veículos. Uma produção recorde, e, só em fevereiro deste ano, o Brasil vendeu 201 unidades de veículos novos, um volume histórico.

O volume de vendas do comércio varejista cresceu 10% em 2007. E tudo isso nos leva a esse otimismo que estamos vendo no Brasil, em todas as partes. Sem falar também na revolução que há na agricultura. No ano passado, o Brasil bateu recorde de produção: 132.900.000t de grãos. A maior produção da história do Brasil.

Um outro ponto que também tem aumentado e ajudado a melhorar a economia do Brasil é a oferta de crédito. Nunca um governo emprestou tanto como agora, no governo do Presidente Lula. Só nos últimos cinco anos, o Brasil disponibilizou, para os diversos setores da economia, R\$944.002.000.000,00, quase 34% do PIB, para o financiamento de diversas atividades econômicas do Brasil.

E é por isso, Deputados Carlin Moura e André Quintão, que hoje estamos felizes, comemorando esses números. No final da semana passada, pudemos comemorar o índice de aprovação do governo do Presidente Lula. A aprovação do Presidente Lula cresceu, nos últimos três meses, mais de 10%. Quase 80% dos brasileiros aprovam a forma como o governo do Presidente Lula vem conduzindo o Brasil, o que faz cair por terra todas essas tentativas alopradas da Oposição em querer desqualificar o governo.

No momento em que todo mundo aprova os programas sociais e a forma como o País está sendo conduzido, vemos o retrocesso. Partidos como o PSDB e os Democratas querendo barrar, na Justiça, que o governo do Presidente Lula continue ajudando os mais pobres neste país, numa tentativa de se impedir os programas sociais.

Agradeço ao nosso Presidente Deputado Doutor Viana. Quero aqui encerrar as minhas palavras dizendo da nossa imensa alegria com esse crescimento histórico dos últimos cinco anos, que o Brasil vive graças ao nosso Partido, aos partidos da base aliada e ao nosso Presidente Lula. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, público da TV Assembléia, gostaríamos de iniciar o nosso pronunciamento, nesta tarde, fazendo menção ao pronunciamento do Deputado Paulo Guedes, que trouxe os dados e os números que tão bem representam o momento que o nosso país está vivendo.

Certamente, se Minas Gerais vai bem e tem alcançado alguns indicadores extremamente positivos, alguns deles no campo econômico, inclusive acima da média nacional, essa conjuntura nacional, esse contexto de crescimento e alavancagem da economia nacional contribui e sustenta os avanços e os indicadores econômicos de Minas Gerais.

Na semana passada, circulou pela imprensa e pela internet um artigo do jornalista Elio Gaspari, um crítico contundente do governo Lula e que sempre tem pautado as discussões em torno das ações do governo federal. Mas, dessa vez, ele fez um artigo chamando a atenção da Oposição e convidando-a para refletir, dizendo da propriedade com que o Presidente Lula falou nas inaugurações das obras em Araraquara. Esse discurso foi divulgado pelo Google, onde pode ser encontrado facilmente, digitando-se as palavras "discurso do Lula", "Araraquara" e "Gilda". Vários "sites" disponibilizarão, na íntegra, a fala do Presidente Lula.

Ele mostra que o resultado que estamos comemorando hoje, na economia e nos diversos indicadores sociais, foram frutos, acima de tudo, de determinação, sensatez e uma opção clara por sacrificar a população brasileira e suas expectativas no primeiro momento do início do governo Lula. Sacrificando essas expectativas iniciais, mas com prudência e cautela, impôs as condições para construir esse ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável que estamos vivendo.

O Presidente Lula também, segundo o artigo do jornalista Elio Gaspari, chama a atenção para a Oposição e as críticas que vem sofrendo, de forma persistente e implacável, pela grande imprensa nacional. O jornalista termina dizendo que, se uma mentira repetida mil vezes acaba virando verdade, o que não será de uma verdade repetida mil vezes? As palavras do Presidente Lula, nos últimos pronunciamentos, particularmente em Araraquara, revelam a verdade que sustenta o otimismo e as intervenções que têm marcado sua fala nos últimos dias.

Gostaria também de convidar a todos para participar de uma audiência pública amanhã, às 14h30min, na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Vamos tratar, mais uma vez, do programa Luz para Todos, ou da necessidade imperiosa de retomá-lo em Minas Gerais, particularmente na vasta área coberta pela Cemig no Estado. O programa está paralisado desde julho do ano passado, quando terminou o segundo contrato entre a Eletrobrás e a Cemig. De lá para cá, estamos acompanhando pela imprensa e por meio de audiências públicas, debates e ações particulares - reuniões e encontros agendados com a direção da Cemig e com a coordenação do programa em Minas Gerais, por meio de Furnas. Infelizmente, não temos solução para o programa Luz para Todos no Estado.

É sintomático, as regiões com maior demanda não atendida são aquelas mais empobrecidas: o Noroeste e o Norte de Minas, o Jequitinhonha e o Mucuri.

Isso porque a empresa, regida pela lógica da gestão empresarial, optou por ampliar os seus ganhos na primeira fase, nos dois primeiros contratos do programa, e intensificou a sua ação onde a população a ser atendida estava mais concentrada e o custo da ligação individual ficava muito mais barato que nas outras regiões. Certamente, o custo-benefício dessa ação era muito maior.

Agora, outra coincidência nos leva a debruçar novamente sobre essa discussão e buscar uma solução: os quatro territórios da cidadania constituídos em Minas Gerais coincidem com as áreas de menor atendimento do Luz para Todos. São novamente o Noroeste de Minas, o Norte de Minas, o Jequitinhonha e o Mucuri. Como é do conhecimento dos senhores e das senhoras, o programa Territórios da Cidadania preconiza que, nas ações dos 19 Ministérios do governo federal, assim como as ações do governo do Estado e das Prefeituras, sejam priorizadas as áreas dos territórios. Então, pergunto: como faremos para priorizar o Luz para Todos, fundamental sob a ótica de interiorizar o desenvolvimento, a mesma ótica que orienta o Territórios da Cidadania, se o Luz para Todos está suspenso em Minas Gerais? Não é possível priorizar nenhuma área, nenhum dos territórios, pois não há um contrato entre a Cemig e a Eletrobrás. É exatamente isso que queremos discutir amanhã, para o que convido os Deputados e as Deputadas, pois certamente, em suas regiões, também há demandas não atendidas pelo programa Luz para Todos, o que é um absurdo, já que recebemos informações do governo federal nos dando conta de que não falta e nunca faltou recurso para esse programa no Estado. Também por parte do governo do Estado, a informação é que ele está e sempre esteve apto a colocar a sua contrapartida para a execução do programa. Portanto, não é possível que um programa dessa natureza, importantíssimo e fundamental para a interiorização do desenvolvimento, esteja, até hoje, há quase um ano, suspenso em Minas Gerais. As empresas terceirizadas já desmobilizaram os seus parques em todas as regiões do Estado, e, como sabemos, uma vez retomado o programa, ainda demoraria de três a quatro meses

para que essas empresas se organizem novamente, mobilizem e montem de novo os seus parques.

Também queremos saber - essa audiência pública vai esclarecer essa questão - qual é efetivamente a demanda não atendida do programa Luz para Todos em Minas Gerais. Em julho do ano passado, quando se concluiu o segundo contrato, a Cemig veio a público dizer que ainda faltavam 140 mil ligações. De lá para cá, esse número vem reduzindo e variando: divulgaram que seriam 120 mil; depois, 95 mil e 75 mil ligações. Agora, na proposta recente da empresa para a Eletrobrás, fala-se em 55 mil ligações. Então, queremos saber a demanda efetiva do programa em Minas Gerais para que possamos acompanhar e tranquilizar as populações que estão aflitas, aliás, não é para menos, em virtude desse lapso tão grande no atendimento do programa, com a sua suspensão.

E ainda há um problema: o programa foi criado em 2004, com duração prevista de quatro anos. Portanto, em dezembro de 2008, ou seja, ao final deste ano, está previsto o encerramento do programa Luz para Todos. A pergunta que se faz e que amanhã teremos oportunidade de esclarecer é a seguinte: a Cemig vai conseguir atender toda a demanda reprimida em Minas Gerais durante a vigência do programa?

Uma outra questão: havendo necessidade de ampliar o prazo do programa, qual o caminho e como proceder, uma vez que nos parece que a demanda é muito maior do que 55 mil ligações? Sendo assim, não será possível concluir o programa este ano atendendo a toda a necessidade. Como fazer para negociar com o governo federal, com a Eletrobrás, a prorrogação do Luz para Todos? São algumas questões que precisam ser esclarecidas, e esperamos que amanhã, com a presença de muitos Deputados, possamos fazer uma boa discussão e entender as dificuldades. É só burocracia? Há má-vontade? Não acredito e não quero acreditar que haja problema de natureza política emperrando e segurando o Luz para Todos em Minas Gerais. Nenhum político em sã consciência prejudicaria de tal maneira a sua comunidade impedindo as ligações de energia elétrica no meio rural.

Fica aqui, mais uma vez, o convite ao Presidente e aos nobres Deputados e Deputadas para, amanhã, às 14h30min, na Comissão de Assuntos Municipais, discutirmos e ajudarmos no encaminhamento das soluções para a efetiva retomada do programa Luz para Todos em nosso Estado.

Gostaríamos também de convidar todas as lideranças da região Noroeste de Minas, os 22 Municípios que compõem o programa Territórios da Cidadania da região Noroeste, para a reunião de trabalho, nos dias 7 e 8 da semana que vem. O colegiado territorial será ampliado, e, na reunião, será discutido o ingresso de novas organizações, representações e entidades. É um passo fundamental para dar continuidade, nesta nova fase do programa de territórios, já como Território da Cidadania. Faremos também a discussão do planejamento das ações para 2008 e analisaremos, discutiremos e aprovaremos os projetos com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário que foram discutidos nas regionais do programa Territórios da Cidadania. O Noroeste foi dividido em três regionais, e, no dia 7, faremos o debate para aprovar os projetos de cada uma delas.

Esse programa tem causado muita polêmica e sofre até ameaça de ser interrompido pela Oposição, por via judicial, numa atitude de insensibilidade e insensatez, porque, na ponta, na base, não há um único Prefeito ou liderança de partido que se oponha às ações do Territórios da Cidadania. Todos os partidos, do PT ao PSDB e o DEM, estão juntos trabalhando pelo sucesso do programa.

Agradecemos a tolerância da Mesa e esperamos a participação dos Deputados, amanhã, para discutirmos o Luz para Todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembléia. No dia de hoje, não poderia deixar de registrar, para efeito de manter a consciência histórica do povo brasileiro, uma data de tão tristes lembranças: em 1º/4/64, um golpe militar interrompia a trajetória da democracia brasileira.

Durante 21 anos a nossa democracia foi suspensa, as liberdades democráticas cassadas e as lideranças políticas e populares deste país assassinadas, mas o bravo, o guerreiro povo brasileiro, por meio das lutas democráticas, reconquistou-a. Quando relembro hoje o golpe militar de 1964, não é para falar dele, mas, sim, das benesses do regime democrático e deste momento auspicioso que o Brasil vive após a sua redemocratização, que, aliás, ainda vive a sua adolescência - são 23 anos após a retomada da democracia. O povo brasileiro vem colhendo os frutos dessa democracia, mesmo que lentamente. A democracia é esse regime que tem a marca não só de uma certa lentidão, mas também da estabilidade.

Faço esse registro para reverenciar algumas questões que são fundamentais em nosso regime democrático. Hoje, pela manhã, tive a oportunidade de acompanhar o Sr. Wadson Ribeiro, Secretário Executivo do Ministério do Esporte, que representava no ato o Sr. Orlando Silva, Ministro do Esporte, na inauguração de mais um núcleo do programa do Ministério do Esporte do governo Lula, designado Segundo Tempo, na UFMG. Ele estava inaugurando o núcleo do Centro Pedagógico - CP. No âmbito da UFMG, o programa Segundo Tempo atenderá a 600 crianças, transformando o CP, que já é uma escola de excelência, mantida por essa universidade e destinada aos alunos carentes da comunidade da RMBH; aliás, é uma escola exemplar e um laboratório de educação dentro da UFMG. Com o Segundo Tempo lá iniciado, esse CP passa a ser efetivamente uma escola integral, pondo aquelas crianças na prática do esporte.

Como bem lembrado durante a solenidade, trata-se de um dos programas mais importantes de caráter social do governo Lula. Hoje o Ministério do Esporte tem tido duas visões e dois eixos fundamentais do ponto de vista de políticas públicas do esporte. Um deles é o eixo chamado esporte de alto rendimento, que é mais conhecido pelas pessoas no dia-a-dia, pois é o esporte dos medalhistas, ou seja, dos que ganham as medalhas nas olimpíadas e nos jogos pan-americanos; dos campeões, por exemplo, do automobilismo e da seleção brasileira de futebol - aliás, preparando-as para a geração de vencedores. Esse esporte de alto rendimento fez um esforço para trazer a Copa do Mundo de 2014 para o Brasil. Isso trará turismo e gerará emprego e renda para o nosso país. Aliás, Belo Horizonte deve ser a sede de uma das chaves da Copa do Mundo. Há ainda a expectativa de o Brasil lutar pelas Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Espero que consigamos isso. Portanto, o esporte de alto rendimento é uma face da política do Ministério do Esporte.

Há outra face, que talvez seja a mais importante, a prioridade principal e absoluta do Ministério do Esporte, que é o esporte como instrumento de inclusão social. O programa Segundo Tempo visa à inclusão social pelo esporte como forma de dar vez e voz à nossa juventude, a fim de tirá-la da marginalidade, do mundo do crime.

Então o programa Segundo Tempo vem ao encontro dessa política pública de inclusão, exemplar em todo o Brasil hoje. São vários núcleos funcionando na Capital, em Contagem e em diversas cidades do País. A implantação do programa Segundo Tempo no Centro Pedagógico da UFMG é a maior marca da nossa democracia e da liberdade de o povo brasileiro escolher livremente seus governantes - por exemplo, ter escolhido um operário nordestino afro-brasileiro para presidir o Brasil. Ele tem demonstrado ser um Presidente infinitamente superior àqueles que passaram por aqui, mesmo os que possuem títulos de doutor, e até mesmo doutores em sociologia. O Presidente operário tem demonstrado isso pela força da democracia e da participação do povo brasileiro.

Também gostaria de citar, Sr. Presidente, um outro exemplo a fim de mostrar a importância da participação democrática. Nessa sexta-feira, fui convidado pelo Vereador Lourival dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Uberaba, para fazer uma visita àquela Câmara, da qual voltei muito encantado com o que vi ali. Primeiro, porque tive a oportunidade de ver a restauração do Paço Municipal do prédio da Câmara Municipal, um Parlamento que tem 170 anos de existência, completados em 2007. Esse Parlamento restaurou, no ano passado, todo o prédio centenário da Câmara Municipal, o Paço Municipal Major Eustáquio, e também recuperou o Salão Nobre Vereador Mário de Assis Guimarães, por

meio de uma parceria da Câmara com a Universidade de Uberaba - Uniube -, aproveitando a mão-de-obra e a especialização dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

Nessa visita, tive a oportunidade de perceber como a democracia é boa. O Presidente da Câmara relatou-me o intenso trabalho que aquela Casa Legislativa tem feito, como, por exemplo, a restauração do prédio da Câmara, a qual foi aberta para apresentações culturais e exposições artísticas. Tive a oportunidade de ver uma delas, uma exposição de desenho artístico. Nessa Câmara há um projeto chamado Aula Viva, nos moldes do que esta Casa Legislativa promove com os estudantes de escolas públicas. Além disso, tem sido desenvolvida uma campanha, que acho de fundamental importância, com o tema "Qual sua data de validade?". Que tema interessante! Trata-se da data de validade das pessoas. Trata-se de uma campanha para incentivar a contratação de trabalhadores e trabalhadoras com idade superior a 50 anos, categoria que enfrenta hoje grandes dificuldades para inserção no mercado de trabalho. Foram-me também apresentados os projetos da campanha Vida pela Vida, de incentivo à doação de órgãos, também desenvolvida por essa Casa Legislativa. Há ainda o projeto Medalha Chico Xavier, que visa ao destaque no serviço filantrópico em Uberaba. Estou relatando esses fatos para mostrar a importância do Poder Legislativo, da Câmara dos Vereadores e da liberdade democrática.

Às vezes, as pessoas não percebem a importância da liberdade democrática, de um regime democrático.

Sr. Presidente, outro exemplo do bom funcionamento da democracia é que esta Casa tem em desenvolvimento o projeto Expresso da Cidadania. Esse projeto da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais está em curso em todas as cidades do interior do Estado, com o objetivo de conscientizar os jovens na faixa etária entre 16 e 18 anos da importância de tirarem o seu título de eleitor e de discutirem política. Desde cedo precisamos discutir política, as dificuldades e as realidades do Brasil, para adquirir consciência política.

Sr. Presidente, chamou-me a atenção e preocupou-me, numa determinada etapa do Expresso Cidadania, o fato de os alunos manifestarem ser amplamente favoráveis à redução da idade penal. Esse tema é bastante espinhoso, e precisamos discuti-lo. Aliás, esta Casa precisa realmente discuti-lo para mostrar às pessoas que este país não precisa jogar os jovens nas penitenciárias ou nas cadeias, como o que tem sido visto nas visitas às diversas delegacias e aos presídios deste Estado: constata-se ali uma grande presença de jovens com menos de 25 anos, da periferia, favelados, principalmente os afro-brasileiros. Essa é uma dívida histórica do povo brasileiro para com a nossa juventude, o fruto mais perverso que a ditadura militar legou ao nosso povo e a nossa juventude.

A ditadura militar aprofundou o fosso entre os mais aquinhoados, os mais ricos deste país, e os mais pobres. Produziu a maior distância entre a distribuição de renda da história da humanidade. Este é o país em que mais se fez injustiça social durante o período ditatorial.

Agora precisamos resgatar essa cidadania, esse direito à cidadania, diminuindo a distância entre pobres e ricos. Não é à toa que o Presidente Lula dá tanta ênfase aos projetos de inclusão social.

Semana passada, um fato a comemorar foi estampado em todas as revistas e jornais deste país. Pela primeira vez na história do Brasil, a classe C, que é a chamada classe média-média, é superior à classe D e E, composta dos mais pobres, dos menos favorecidos. Isso é a prova de que o governo Lula, com sua política social e econômica, tem tirado famílias de debaixo da linha de miséria e tem promovido a cidadania, incluído-as, no mercado e na sociedade.

Precisamos entender que a democracia é importante à medida que cria instrumentos mais favoráveis para a inclusão das pessoas. Enquanto tivermos um país plenamente democrático, haveremos de ter a confiança de que, num futuro breve, precisaremos de menos cadeias e delegacias, porque haveremos de ter mais campos de futebol, mais programas Segundo Tempo, mais escolas, mais formação profissional. Essa é a marca da democracia, a marca do presente e a garantia do futuro do Brasil.

O Presidente Lula e todos os que acreditam na democracia e na inclusão social estão de parabéns. E que o 1º/4/64 fique registrado na história como um fato passado, que já se extinguiu e que é tão digno desta data: 1º de abril, uma grande mentira, um grande engodo que assolou nosso país por 21 anos e, graças a Deus e à mobilização do povo brasileiro, foi superado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, antes de entrar no tema propriamente dito deste pronunciamento, ou seja, os trabalhadores da Fhemig, que se encontram nesta Casa hoje, em razão de uma votação na Comissão de Administração Pública, queria fazer mais alguns registros. Primeiramente, quero dizer que, no ato da UFMG, além da inauguração do programa Segundo Tempo, foi também dada a boa notícia de que, por meio de uma emenda parlamentar da Comissão de Educação da Câmara Federal, foram obtidos recursos para o início da construção do ginásio poliesportivo do Centro Pedagógico da UFMG, o que possibilitará maior efetividade das políticas públicas já praticadas pela UFMG, na área do esporte, especialmente as ocorridas no Centro Pedagógico. Isso facilitará, sem dúvida nenhuma, a vida dos alunos e dos que são beneficiários do programa Segundo Tempo e dos programas públicos desenvolvidos pela UFMG.

Outro registro importante, nobre Presidente Luiz Tadeu Leite, é que tive a oportunidade de, mais uma vez, visitar Montes Claros, a nossa calorosa capital do Norte de Minas. Fiquei encantado especialmente com a energia da juventude desse Município, que, no dia 27 de março lembrava, a data em que o regime militar ceifou a vida do estudante paraense Edson Luís, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, o dia 28 de março. A ditadura militar tirou a vida de um jovem de 14 anos de idade, que estava em horário de almoço. Durante uma manifestação, militares invadiram o bandeirão e disferiram um tiro na cabeça daquele jovem, que faleceu na hora. A partir desse ato, em 1968, o regime militar passou a sofrer a maior resistência popular, como ocorreu com a passeata dos Cem Mil. Os estudantes, a juventude de Montes Claros, no dia 27 de março, para homenagear essa data, fizeram uma maravilhosa passeata pelas ruas da cidade, a qual contou com mais de 5 mil jovens estudantes que pleiteavam, protestavam e pediam o meio-passe, mais qualidade para o ensino e maior participação na vida política de Montes Claros. Esse fato merece o nosso registro, por isso quero parabenizar a combativa juventude montes-clarense, que tem, em seu sangue, o espírito da democracia, aguerridos que são.

Também venho a esta tribuna para chamar a atenção de todos para a importância da votação do projeto do Executivo, o qual prevê as políticas de reajuste salarial para os trabalhadores da Fhemig. Este governo tem tido o hábito e a prática de sempre trazer algo na gola da camisa, pois dá com uma mão e tira com a outra. No projeto do governo, está previsto também aumento da carga horária dos enfermeiros da Fhemig, de 30 horas para 40 horas, prática banida pela maior parte do País. A maioria dos Estados do Brasil não adotam mais essa prática, pois o aumento da jornada do trabalhador acarreta sobrecarga de trabalho e certa tensão dos funcionários, principalmente os da saúde. Imaginem se um enfermeiro que trabalha, por exemplo, no Hospital João XXIII ou num pronto-socorro, naquele clima já naturalmente carregado e pesado pelas circunstâncias, tiver a jornada de trabalho ampliada. Isso vem na contramão do que está em curso no Brasil hoje. A grande discussão do País é a redução da jornada de trabalho, e não o seu aumento.

Registro que, às 16 horas, na Comissão de Administração Pública, haverá a votação desse projeto. Esperamos que haja sensibilidade das Deputadas e dos Deputados desta Casa, especialmente dos que compõem a base governista, para que essa proposta, inicialmente apresentada pelo governo do Estado, não vingue. Aumentar a jornada de trabalho, a carga horária dos trabalhadores da Fhemig não contribui em nada para esses servidores nem para a melhoria da qualidade da prestação do serviço público na rede Fhemig.

Esses trabalhadores precisam de melhores condições de trabalho e de salário, bem como de valorização de sua profissão. É essencial ainda manter-se a jornada de 30 horas para os enfermeiros. Então, esperamos que o bom-senso prevaleça e que hoje, na Comissão de Administração Pública, possamos avançar na votação desse projeto, que depois virá a Plenário. Em Minas Gerais, a situação dos trabalhadores chama-nos a atenção. A Bancada do PT-PCdoB, da qual faço parte, preocupa-se bastante com essa questão, que precisa ser mais bem tratada.

Estamos diante de outro fato muito preocupante, qual seja o relacionamento do governo do Estado com os servidores públicos. Hoje, em nosso Estado, há uma considerável demanda judicial impetrada por servidores públicos da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, fato esse que, muitas vezes, foi denunciado nesta tribuna pelo ilustre Deputado Paulo Guedes, que salientou a situação dos servidores públicos de carreira da referida Orquestra. É importante reafirmar esses fatos à população de Minas. A Orquestra Sinfônica existe há anos e é um grande patrimônio cultural do nosso Estado. Em seus quadros de carreira, nos quais o ingresso se dá por meio de concurso público, havia setenta e poucos trabalhadores, entre maestros, clarinetistas, trompetistas, que recebiam baixa remuneração. O governo, com a intenção de melhorar a situação dos trabalhadores, criou uma Oscip, sigla esta que sinto pavor em pronunciar. Estremeço sempre que pronuncio essa sigla, pois, quando se fala em Oscip, pode-se ter a certeza de que não virá coisa boa. Então criaram uma Oscip, o Instituto Cultural Orquestra Sinfônica - Icos -, com o intuito de aprimorar a Orquestra, por meio da arrecadação de fundos da iniciativa privada. Quando se desfez o novelo, percebemos que o governo importou um modelo aplicado nos Estados Unidos da América e na Orquestra Sinfônica de São Paulo, criando uma Oscip para arrecadar fundos privados. Acontece, porém, Sr. Presidente, que não se arrecadam fundos privados; na verdade, estes acabam sendo públicos.

Citarei um exemplo. A Orquestra Sinfônica de Minas Gerais sempre teve dificuldades para conseguir dinheiro para investir no aprimoramento de seus servidores. Depois de criada, a Oscip garantiu, no Orçamento do Estado, R\$12.000.000,00. Quando é para a iniciativa privada, o dinheiro público aparece rapidamente, mas, quando é para a iniciativa pública, demora demais. Como já disse, arrumaram R\$12.000.000,00 para essa Oscip, mas, na hora de implementar o projeto, o governo exigiu que os músicos da Orquestra Sinfônica assinassem um pedido de desligamento voluntário. Ao fazerem isso, deixariam de ser servidores públicos e passariam a fazer parte da Oscip. O que a Oscip fez? Usurpou o nome Orquestra Sinfônica de Minas Gerais e criou outro, que não pode ser chamado de genérico, já que este nome nos remete a algo bom. Na verdade, criou um clone, um monstro, uma aberração genética, à qual deu o nome de Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais. É como se, de repente, fosse criada uma aberração, um clone desta Casa, que se chama Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Então criaram a Osemg, que é um clone da Orquestra Sinfônica.

Nessa orquestra sinfônica, os músicos são escolhidos pela audição, ou seja, não é por um concurso público. O maestro vai lá e escolhe quem quer e como quer. E os servidores públicos de carreira ficam sem nenhuma garantia. Têm de abrir mão da prerrogativa de serem servidores públicos, mostrando, mais uma vez, que o Estado, em Minas Gerais, está a serviço da iniciativa privada, e não do serviço público. Ocorre nos mesmos moldes do que foi feito em São Paulo: quando era para o serviço público, o dinheiro não aparecia, mas, quando era para o setor privado, o dinheiro aparecia de forma muito fácil.

O Estado, ao invés de funcionar como captador de dinheiro da iniciativa privada para investir no público, faz o caminho inverso: apanha dinheiro público e o aplica no setor privado, na iniciativa privada, no privatismo, no individual. Essa é uma preocupação muito grande, pois mostra claramente o descompromisso do governo de Minas com o servidor do Estado. Há o descompromisso com a orquestra sinfônica e com a Fhemig.

Por falar em Fhemig, mais uma vez, lembramos a MGS, essa aberração. Ela é uma empresa pública do Estado, Deputado Padre João, que foi criada com o único intuito de terceirizar o serviço no Estado. A MGS hoje tem mais funcionários prestando serviço em situações precárias do que muita secretaria de Estado. Na área da saúde, acontece isto: vários trabalhadores que trabalham na rede Fhemig são empregados terceirizados da MGS, com condições salariais infinitamente inferiores, sem nenhuma garantia ou prerrogativa. A MGS está virando um mostrengo dentro do Estado de Minas Gerais.

A iniciativa privada está, cada dia mais, comendo as entranhas do Estado público em Minas Gerais. Isso está tomando uma dimensão tamanha que muito nos preocupa. Chega a esferas inimagináveis. Na semana passada, Deputado Padre João, a Comissão de Direitos Humanos realizou uma audiência pública, nesta Casa, para discutir a parceria público-privada que querem implementar no complexo penitenciário de Neves. Querem fazer ali outra grande penitenciária, com 3 mil vagas. Mas essa penitenciária será administrada pela iniciativa privada. De acordo com o edital, a empresa que ganhar essa concorrência poderá ser até estrangeira, de capital internacional. O edital deixa claro que essa empresa, para concorrer à licitação, tem de ser uma empresa de sociedade anônima, de capital aberto, que vende ações no mercado de capitais. No Estado, a segurança pública será transformada em mercadoria. No caso, o ser humano tem suas prerrogativas constitucionais, que passarão a ser secundárias porque o que valerá será a mercadoria do preso. Quanto maior o número de presos que lá estiverem ou quanto menos eles saírem de lá, uma vez cumprida a sua pena, mais a empresa privada ganhará.

Deputado Padre João, isso é muito preocupante porque, mais uma vez, é o modelo adotado nos Estados Unidos da América. Quando esse sistema foi implementado naquele país, houve um aumento excessivo da população carcerária americana. Hoje, os Estados Unidos têm uma população carcerária de 2.300.000 pessoas, a qual tem aumentado vertiginosamente. Esse modelo foi adotado nos Estados do Paraná e do Ceará e tem demonstrado que não dá certo. Muito pelo contrário, não resolve o problema da violência urbana nem do cumprimento das penas.

Isso tudo é para mostrar que a visão privatista que hoje está em curso em Minas Gerais é absolutamente preocupante e não tem a devida transparência. Temos de tirar o chapéu e fazer o registro de que, quando candidato à Presidência pelo PSDB, Geraldo Alckmin teve a coragem de ir para a televisão e dizer que era contra as privatizações.

Aqui em Minas estão privatizando o Estado, estão tentando privatizar a Copasa, a orquestra sinfônica, o ensino profissionalizante, os servidores da MGS, mas escondem esse fato. Precisamos vir a público dizer que somos a favor da privatização. Precisam dizer-nos se o candidato a Prefeito de Belo Horizonte pela coligação apoiada pelo Governador do Estado será a favor da privatização na Capital também.

Manifestamos aqui nossa preocupação. Essa votação sobre a Fhemig é fundamental. Esperamos que prevaleça o bom-senso, e a jornada dos enfermeiros da Fhemig não seja aumentada para 40 horas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/4/2008

O Deputado Weliton Prado* - Boa-tarde a todas e a todos. Hoje é uma tarde muito especial. Estão aqui os servidores administrativos da Polícia Civil defendendo seus direitos. Alguns já estão na carreira há mais de 15 anos, e outros há mais de 30 anos. Tive a honra de receber um convite da comissão desses funcionários para uma reunião no dia 25 de março, às 9 horas: "Vimos por meio do presente convidá-lo para a reunião dos funcionários administrativos da Polícia Civil - auxiliares, técnicos e analistas -, que se realizará no dia 25/3/2008, no auditório do Sindicato dos Comerciantes," - está aqui o endereço - "em que serão debatidos assuntos de interesse da categoria e da instituição como um todo".

Comparei a essa reunião e confesso a todos que fiquei sensibilizado. É um absurdo, uma vergonha, uma humilhação o atual provento básico dos servidores administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais. Não podemos admitir, de maneira nenhuma, que esses servidores recebam salários inferiores a um salário mínimo, em torno de R\$324,00. Realmente, é uma vergonha.

Estou aqui com os contracheques e queria parabenizar de forma especial a todos os servidores dessa comissão: o Chico - parabéns por sua mobilização e garra -, o Elso, a Expedita, os companheiros do Sindipol, o Valente, o Denílson, o Raul, enfim, todos os que se mobilizaram. Fiquei impressionado com a capacidade de mobilização de vocês, pois a situação chegou a um ponto em que não há como agüentar. Estou com alguns contracheques aqui, e as pessoas podem até achar que é mentira, por isso peço que filmem para que possam acreditar. Estão aqui os valores: Auxiliar da Polícia Civil, efetivo, com sete quinquênios, mais de 30 anos de serviço, recebe o provento básico de R\$315,00; Auxiliar da Polícia Civil com quatro quinquênios recebe o provento básico de R\$315,00. Vejam aqui esse absurdo, esse provento básico. Deputado Sargento Rodrigues, vamos colocar em "close", para mostrar, e quero aproveitar a oportunidade para parabenizá-lo por ter apresentado o requerimento para a realização de audiência pública na Comissão de Segurança Pública, pois esse é um momento para estarem aqui o Secretário de Planejamento e o Chefe da Polícia Civil a fim de darem uma satisfação aos servidores. Está aqui: o provento básico é R\$97,00. E é Chefe de Seção. Se mostrarmos, ninguém acreditará. Está aqui também: Chefe de Divisão, com provento no valor de R\$140,00.

E sabem há quantos anos trabalham no Estado? Mais de 20 anos, e com provento básico no valor de R\$140,00. E mais: Secretário da Jari, todos devem pensar que deve receber um "salárião". Sabem quanto recebe? PC-3, R\$125,00 de provento básico. Trata-se de uma situação realmente insuportável.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. apresentou muito bem. Não se trata do papel de apenas um partido, de apenas um parlamentar. Trata-se de um trabalho de toda a Assembléia Legislativa, de todos os parlamentares desta Casa. Aliás, vamos tirar cópia de todos esses contracheques, Deputados Wander Borges, Célio Moreira, Getúlio Neiva, Fábio Avelar, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo, Deputada Maria Lúcia Mendonça, nosso Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, Deputados Padre João e Eros Biondini. Enfim, trata-se de um papel de todos os parlamentares desta Casa: abraçar essa causa. Isso é uma injustiça muito grande. Tenho certeza absoluta de que o Governador não deve saber, ele não deve ter conhecimento de que um servidor com mais de 30 anos trabalhados, às vezes até um chefe, recebe R\$97,00 de provento básico. Isso é realmente inadmissível, não há como aceitar. Sabem quanto um servidor recebe de vale-transporte? R\$1,80. Se pegar dois ônibus, um de ida e outro de volta, vai dar quase R\$5,00, vai dar exatamente R\$4,20, e ele recebe só R\$1,80. Têm auxílio-fardamento? (- Manifestação nas galerias.)

Não têm auxílio-fardamento. Então, a situação é de penúria. Sabemos que a situação dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais, de forma geral, é muito difícil. Agora, quanto à situação dos servidores administrativos, não há nem palavras para exemplificar e explicar, não há lógica.

Vamos pegar o Orçamento do Estado. Está escrito na faixa: "10 anos. A má notícia em Minas Gerais: servidores da Polícia Civil não têm reajuste há mais de 10 anos". Vamos pegar qual era o Orçamento de Minas Gerais há 10 anos. Há 10 anos o Orçamento de Minas Gerais era em torno de R\$10.000.000.000,00, R\$12.000.000.000,00. Quanto é o Orçamento hoje? Chega a R\$35.000.000.000,00. Triplicou, o Orçamento de Minas Gerais aumentou três vezes em 10 anos. Hoje, praticamente vai chegar a R\$35.000.000.000,00. Pergunto a todos os servidores que estão aqui: o salário de vocês aumentou em três vezes, triplicou? (- Manifestação nas galerias.)

São praticamente 15 anos sem aumento. Trata-se de uma situação de penúria. E trata-se de uma categoria muito pequena, é uma categoria que deve ter em torno de mil servidores. É muito pequena. Isso não significa nada, é uma "merreca" para o Estado. Não dá para aceitar.

São servidores que têm filhos para tratar, têm crianças em casa, têm de pagar o aluguel, a conta de água, a conta de energia, que é muito cara. Como esse servidor vai sobreviver com provento de salário-base de fome? É de fome, mesmo, eu provei. Está registrado aqui: provento básico chegando a R497,00. Gente, isso é uma humilhação. É de causar indignação.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Deputado Weliton Prado, gostaria de cumprimentá-lo pela defesa que faz dos servidores da Polícia Civil. Realmente, esse assunto tem de ser revisto. Nós, que fazemos parte da base do governo, temos de acertar com a Secretaria de Administração, a Seplog, a Secretaria de Fazenda. Temos de conversar. Realmente, existem algumas aberrações na folha salarial do Estado que precisam ser retificadas. A defesa de V. Exa. é plenamente justificável. Mas gostaria também de provocar aqui um assunto e pedir aos servidores públicos de Minas Gerais que se unissem com os demais servidores do Brasil para modificar a Lei de Responsabilidade Fiscal em alguns aspectos. A Lei de Responsabilidade Fiscal tem de ser mais variável, tem de ser mais elástica em relação ao percentual para pagamento de pessoal. O Estado do Espírito Santo, por exemplo, tem 77 Municípios. Então, a estrutura governamental para manter o Estado é muito menor do que estrutura de 853 Municípios de Minas Gerais. Deveria considerar-se, na Lei de Responsabilidade Fiscal, esse aspecto. Temos tido problemas aqui, por exemplo, para ampliar a Justiça do Estado, em função da limitação de 6% que o Tribunal pode gastar com a folha de pessoal do Orçamento do Estado. Temos essa limitação. Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem de ser flexibilizada. Este governo já conseguiu um grande feito. Gastavam-se quase 70% do Orçamento do Estado com a folha de salários. O governo ajeitou a sua máquina, organizou-se, e hoje não há mais justificativa, agora que temos esses limites. A não ser o limite federal da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Estado de Minas Gerais é eficaz, é eficiente. Nesse primeiro bimestre teve um superávit de R\$3.100.000.000,00. Infelizmente, tem a bitola da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não nos permite flexibilizar a folha de salários. Aproveitarei esse instante para convidar todos os companheiros, amigos e servidores administrativos da Polícia Civil a se unirem aos demais servidores do Estado de Minas Gerais para juntos irem a Brasília ou, pelo menos, pressionarem os 53 Deputados Federais mineiros no intuito de que se permita uma flexibilização na Lei de Responsabilidade Fiscal. Não podemos mais continuar com os baixos salários que temos em Minas. Corrigimos apenas em parte. Demos um piso de R\$850,00 para o professor, que não o satisfaz plenamente. Mas, no caso específico, pelo menos em caráter provisório, enquanto não se muda a Lei de Responsabilidade Fiscal para permitir ao Estado fazer uma política salarial condizente com a dignidade humana, seria necessário que nós negociássemos com o governo do Estado um piso salarial mais decente para a categoria. E, diga-se de passagem, Deputado Weliton Prado, a remuneração do Delegado de Polícia Civil em Minas Gerais é de R\$2.940,00, é o mais baixo de todos os Estados brasileiros. Aqui embaixo o sofrimento é maior porque o volume de pessoas é maior, mas a baixa remuneração não é apenas aqui embaixo. Assistimos agora - uma iniciativa do governo - à posse de 500 novos Delegados de Polícia e Escrivães. Ampliamos a Polícia Civil de Minas Gerais, mas até quando vamos viver com salários tão irrisórios? É preciso negociarmos isso aqui e lá. Precisamos da ajuda do seu irmão Deputado Federal em Brasília e temos que trabalhar aqui com a sensibilidade que temos para buscar soluções do governo dentro do limite da responsabilidade fiscal. Mas é preciso trabalhar pela flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal, senão não conseguimos obter salários reais bons e dignos para nossos companheiros trabalhadores de Minas Gerais. (- Palmas.)

O Deputado Weliton Prado* - Concordo. Queria agradecer ao Deputado Getúlio Neiva. Acho que essa mobilização é muito importante e com certeza poderá contar com nosso apoio. Gostaria de dizer que, no caso específico dos servidores administrativos, qualquer alteração pode aumentar em 20, 30 vezes o salário dos servidores. Sabemos que isso não vai acontecer, que não vai causar nem arranhão, nem cócegas na Lei de Responsabilidade Fiscal e no Orçamento do Estado, porque o que recebem hoje é uma verdadeira miséria. Isso não representa nada no Orçamento do Estado, que hoje chega a R\$35.000.000.000,00. O conjunto dos servidores também é muito pequeno, em torno de mil servidores administrativos, então não vejo nenhum problema, o governo pode fazer isso "de plano". Como mencionei, quero crer que não seja má-fé do Governador, quero crer que o Governador não tenha conhecimento. Estão aqui vários líderes do governo, tenho certeza de que os Deputados desta Casa vão levar essa realidade de vocês ao governo do Estado para que tome uma providência em caráter de urgência. Nesse intuito, estamos apresentando um requerimento ao Governador Aécio Neves e aos Secretários de Planejamento e de Defesa Social solicitando providências em caráter de urgência.

Como meu tempo está terminando, vou ler a pauta dos servidores administrativos. Eles reivindicam: reestruturação das carreiras, concessão de identidade funcional, acesso aos exames médicos e perícias no Hospital da Polícia Civil - o que deveria ser um direito de vocês, e não dá para entender por que não é -; controle disciplinar pelo órgão corregedor específico, opção pela jornada de 40 horas semanais de trabalho com melhoria salarial, promoção e progressão nas carreiras pelo Conselho Superior da Polícia e não pela Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - Seplag -, como é feito atualmente.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte)*- Quero dizer que assinarei o requerimento com V. Exa.

O Deputado Weliton Prado* - Agradeço. Para terminar, mais uma vez parabeno todos os servidores que estão aqui. Realmente, não é fácil mobilizar-se. É impressionante a mobilização e a união de vocês. Parabeno o Denílson e o Valente por esse trabalho.

A luta de vocês é muito justa. Continuem de cabeça erguida. Vamos manter um diálogo permanente. Tenho certeza de que todos os Deputados aqui desta Casa estão sensibilizados com a situação de vocês. Solicitamos, aliás, ao Deputado Sargento Rodrigues que marquemos, o mais rápido possível, uma audiência pública. O Deputado, por sinal, já estava em contato com a assessora da comissão para que isso aconteça e para que possamos reunir o maior número possível de pessoas. Esperamos que haja um representante do governo aqui para trazer a esta Casa um posicionamento firme e urgente quanto a essa questão, pois a situação de vocês não pode mais esperar.

Sr. Presidente, Deputado José Henrique, para terminar, quero mostrar aqui um documento que a categoria apresentou ao Chefe da Polícia Civil no dia 24 de dezembro. Lerei rapidamente a primeira parte. (- Lê:)

"Em maio de 2002, entregamos pessoalmente ao então Secretário de Segurança Pública, Sr. Márcio Domingues, correspondência ratificando os termos da solicitação feita ao Exmo. Sr. Governador Itamar Franco, na ocasião, relatando a situação penosa em que viviam e ainda vivem os ocupantes de cargos comissionados desta Secretaria." Há aqui uma tabela: PC-1, Chefe de Seção, R\$97,98; PC-2, Chefe de Seção, R\$125,42; PC-3, Chefe de Divisão, R\$135,11; PC-4, Chefe de Divisão, R\$140,34.

Então, essa situação é uma novela que se arrasta há 10 ou 15 anos. Não dá para esperar mais. Continuem mobilizados. Tenham certeza de que podem contar com o apoio desta Casa. Parabéns pela mobilização. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores que comparecem na Assembléia Legislativa para uma justa reivindicação. De pronto, quero dizer-lhes que terão o nosso apoio em relação à melhora dos salários. Contem conosco nesta luta.

Na esteira do que disseram os Deputados Weliton Prado e Sargento Rodrigues, quero dizer que, no diálogo, conseguiremos muito. Não é só falar, mas sentar-se com os dirigentes, com representantes do sindicato, apresentar a proposta ao governo e lutar para que, de fato, os servidores da segurança pública, bem como suas famílias, não só os da Polícia Civil, tenham condições de sobrevivência.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, hoje, para falar sobre um dia especial. Esta data, 2 de abril, foi definida pela ONU como o Dia Mundial para Conscientização do Autismo, uma deficiência mental que atinge milhares de pessoas no mundo inteiro. No Brasil, pelo que sei, a existência dessas pessoas significa um transtorno permanente para a vida de seus familiares, em razão da inexistência de uma política específica nos campos da educação e da saúde, principalmente.

Esse desajuste entre a saúde disponibilizada e as necessidades que envolvem os autistas ficou evidenciado nesta semana, quando me chegou a narrativa de mais um drama familiar que me tocou, mas cuja solução foge à minha alçada. O drama envolve uma senhora que mora na região da Pampulha, mãe de um autista de 28 anos. O rapaz precisa submeter-se a uma cirurgia do septo nasal porque não consegue mais dormir em razão da dificuldade de respirar. Foi feito seu encaminhamento ao hospital, que informou à mãe que, após a cirurgia, dará alta ao paciente. A notícia desesperou essa senhora, que já antevê problemas graves na recuperação do filho. Ela está certa de que ele arrancará os curativos, podendo piorar seu quadro.

Essa mãe gostaria que houvesse um local com acompanhamento médico para manter o filho sedado a maior parte do tempo possível. Mas não encontra solução porque o procedimento médico em questão não exige internação por período prolongado. E o paciente só vai tirar os pontos e os curativos 15 dias após a alta. O que fazer?

A alegação do hospital, justa no meu ponto de vista, é que o SUS não cobriria o tempo excedente de internação. E sabemos, senhoras e senhores, que o hospital certamente não teria profissionais para cuidar de paciente com esse perfil. De seu lado, a mãe se desespera porque vive em imensa pobreza, à mercê das crises violentas do filho, que geralmente resultam em agressão.

E esse, senhoras e senhores, é somente um drama a mais vivido pelas famílias. O fato aponta para a necessidade de termos um espaço adequado para atendimento nessas circunstâncias, tendo em vista que também o autista adoecce e está sujeito à necessidade de submeter-se a cirurgia. Por mais que queiramos imaginar o sofrimento das famílias que têm um autista, não conseguiremos.

Sabem os senhores e as senhoras que, durante meu mandato em duas legislaturas, abracei a luta em favor dos autistas e, com o apoio dos nobres colegas, conseguimos que fossem instaladas comissões para tratar de todas as dificuldades pertinentes aos autistas e seus familiares. Na relação direta com essas pessoas, pude sentir o quanto sofrem, o quanto são solitários em sua luta diária.

O autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento, do ponto de vista científico não é considerado uma doença, tampouco uma deficiência mental, e vem mobilizando pelo mundo somas imensas para as pesquisas visando à descoberta das causas e a melhor forma de tratamento.

Apesar de todo o esforço empreendido nas discussões promovidas pelas comissões, com participação de vários agentes públicos do Estado, incluindo-se os da educação e do Ministério Público, nada conseguimos conquistar para esse segmento tão sofrido, ou seja, nem para os autistas nem para seus familiares. São corriqueiras e as mais variadas as queixas que chegam ao meu gabinete. A principal refere-se à inexistência de instituições públicas capazes de atender seus filhos de forma adequada.

Oitenta por cento dos casos de autismo estão associados a uma deficiência mental, o que faz com que ocorra um comprometimento ainda maior do comportamento biológico. Muitos não conseguem falar, expressar-se ou realizar atos simples da vida cotidiana, como tomar banho e trocar de roupa. Parece-me que o mundo inteiro hoje percebe a presença, a existência de autistas, mas no Brasil ainda não há uma política nacional voltada para eles, e o Município ainda não se posicionou de forma eficiente no que se refere ao atendimento das necessidades de educação e saúde dessas crianças, adultos e jovens, que são eternamente meninos e meninas.

Da parte do governo do Estado, os autistas contam com uma ajuda que se dá por meio da Loteria Mineira e permite a algumas famílias manter seus filhos nos chamados hoteizinhos, vistos com reservas pelos órgãos de saúde porque não atendem às exigências de funcionamento.

A verdade incontestável, absoluta é que os autistas existem, e os pais não deveriam tê-los como uma cruz pesada, se houvesse uma política definida para atendê-los tanto no âmbito da saúde quanto no da educação. De minha parte, sinto-me frustrado ao perceber que são fortes as forças contrárias à perspectiva de se adotarem políticas condizentes e mais humanas para os autistas. Há reações no âmbito do governo que denotam total insensibilidade com o problema e parecem traduzir um pensamento: o filho é seu, o problema também é.

E se aqui estou lembrando esta data é porque me incluo entre os que têm esperanças de criar um mundo novo e possível para os autistas e seus familiares. Não podemos deixar que este 2 de abril seja inserido no calendário mundial apenas como uma data comemorativa. Que ela seja um despertar das consciências daqueles que podem mudar esse contexto. Precisamos refletir sobre questões como: quais atividades estão sendo desenvolvidas pelo Estado e pela sociedade para que os direitos dos autistas sejam realmente respeitados? As leis que dispõem sobre o direito dos autistas são suficientes para atender de forma eficiente às suas necessidades ou suas finalidades se restringem ao papel?

Não podemos continuar caminhando como uma sociedade que vê apenas o próprio umbigo. É necessário que nós, políticos, não nos dobremos às barreiras que se colocam aos nossos propósitos e responsabilidades. Porque é também nossa responsabilidade cristã e social fazer com que todos tenham espaços e direitos iguais, dentro de suas especificidades. Queira Deus que, na comemoração desta data no próximo ano, eu possa estar aqui enaltecendo ações do governo e da sociedade que visem amparar os autistas e dar suporte físico e emocional aos seus familiares. O autismo está presente em lares de ricos, médios e pobres, mas é neste último caso que o sofrimento é maior.

Estamos esperando que as ações propostas nos relatórios extraídos de nossas comissões sejam acatadas. Uma dessas propostas foi a criação de um grupo que reúne as Secretarias de Saúde, de Educação e de Defesa Social a fim de trabalharem na definição de políticas capazes de atender os autistas e portadores de necessidades especiais. Propusemos ainda que seja feito um levantamento no Estado para se verificar o número de portadores de autismo. Só a partir daí teremos condições de definir melhor as ações pertinentes.

Preocupado principalmente com as camadas mais carentes que convivem com o problema do autismo, apresentei também emenda, que foi aprovada, solicitando recursos para apoio e assistência à pessoa deficiente. Sei que isso não é suficiente, mas há recursos para o atendimento. Sabemos que não bastam ações isoladas. É preciso um projeto, uma tomada de consciência, um acordar do poder público para a realidade desses nossos irmãos cujos direitos lhes são negados. Queira Deus que essa realidade não persista.

Tomara que tenhamos olhos e coração para esses que sofrem e causam sofrimento. Eles precisam de nosso apoio e de nossa solidariedade como cidadãos e homens públicos.

Srs. Deputados, senhoras e senhores, fizemos algumas visitas a hospitais psiquiátricos e algumas residências. Algumas crianças e a alguns jovens estão em celas em sua própria casa porque têm problemas gravíssimos de autismo. Eles agridem o pai, a mãe, os irmãos porque não têm consciência do que estão fazendo. Muitos procuram até o suicídio. Temos visto a dificuldade e o sofrimento dessas famílias que ainda não conseguiram amparo do poder municipal, nem do estadual nem do federal.

É realmente uma situação muito difícil e desesperadora. Na Comissão Especial para as Pessoas Portadoras de Necessidade Especial e Autismo, vimos que há famílias que têm mais de uma criança autista e até gêmeos autistas que precisam de acompanhamento 24 horas. Deputado Padre João, houve o caso de um senhor de setenta e poucos anos com câncer de garganta, que veio aqui com a esposa contar-nos que tinham de deixar a chave no vizinho para que, quando o filho os agredisse, as pessoas tivessem acesso à casa. A situação é muito difícil.

Tenho cobrado tanto da Secretaria de Saúde como da Secretaria de Educação, que está com o programa de inclusão - há casos em que é possível a inclusão, - mas há casos em que não há condição. Estes precisam de um local adequado com profissionais para atender ao paciente e a seus familiares, que muitas vezes adoecem porque não conseguem dormir, alimentar-se e trabalhar porque têm de cuidar do seu filho durante 24 horas.

Peço aos nobres pares que estejamos atentos a uma política voltada para essas famílias que pedem socorro. Acredito muito na sensibilidade do nosso Governador e dos nossos Secretários de Saúde, de Defesa Social e de Educação para que juntos possamos realmente minimizar o sofrimento desses nossos irmãos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembléia e servidores que nos acompanham das galerias, ocupo hoje esta tribuna para lembrar a importância da democracia no Estado Democrático de Direito. Na última segunda-feira, dia 31/3/2008, fez 44 anos do duro golpe contra a democracia brasileira. E é sempre bom lembrarmos a importância de vivermos numa democracia para que fatos como o de 1964 nunca mais assombrem a nação brasileira. Sr. Presidente, faço este preâmbulo para, em rápidas linhas, dizer que sempre sonhei em exercer, de verdade, minha liberdade de expressão e meus direitos como homem livre e de bons costumes. Em 1984, milhões de brasileiros puderam comemorar pelas ruas a redemocratização do País, com as Diretas Já. Posteriormente, em 1988, foi promulgada a Constituição cidadã do Dr. Ulisses Guimarães; em abril de 1985, este Deputado, ainda muito jovem, com apenas 20 anos de idade, presenciou a chegada do corpo do Presidente eleito Tancredo Neves. Nesta época era soldado-aluno e permaneci de serviço fazendo policiamento na Praça da Liberdade por 36 horas exaustivas de trabalho. Naquele dia, vi aquela multidão indo ver o corpo de nosso querido e grande estadista Tancredo Neves e lhes confesso: sem entender o que aquele homem representava para toda a nossa grande nação brasileira. Como homem simples e humilde que sempre fui, e por estar convivendo na caserna, não nos era dado o direito de sequer perguntar, pois Soldado não era formado para questionar.

Passados 12 anos daquele fato, este jovem Soldado já era 2º-Sargento da milícia de Tiradentes, e, no dia 13/6/97, novamente caminhei até a Praça da Liberdade, mas, desta vez, para lutar por nossos direitos. Pela primeira vez, pude experimentar o sabor de ser cidadão e, como eu, foram mais de 5 mil homens que choraram, entoaram o Hino Nacional Brasileiro e rezaram defronte o Palácio da Liberdade. Para alguns, era um ato de indisciplina, mas, para aqueles que realmente lutaram ou lutam pela democracia, pela liberdade, pela igualdade e pela justiça, era nada mais nada menos que o pleno exercício da cidadania. Para ilustrar nosso pronunciamento, peço licença ao ilustre jurista Dr. Rudolf Von Ihering para citar um trecho de seu livro "A Luta pelo Direito", oriundo de conferência ministrada na primavera de 1872 em Viena: "Todos os direitos da humanidade foram conquistados na luta; todas as regras importantes do direito devem ter sido, na sua origem, arrancadas àquelas que a elas se opunham, e todo o direito de um povo ou direito de um particular faz presumir que se esteja decidido a mantê-lo com firmeza". Após a leitura desse pequeno trecho de Rudolf Von Ihering, cada vez mais estou convicto de que realmente várias de nossas conquistas foram arrancadas com muita luta, com muita perseverança.

Neste momento, Sr. Presidente, passo de fato a adentrar no conteúdo principal de meu pronunciamento. Fiz todos esses registros sobre fatos que tiveram, de uma forma ou de outra, a democracia como tema principal, para, infelizmente, constatar que os golpes contra a democracia continuam a acontecer, não necessariamente pelo uso da força, mas por abuso de poder, por ações criminosas, por injustiças, fraudes - atos estes cometidos com o único objetivo de assumir e agregar poderes. Há sete anos ingressei no PDT, partido pelo qual tive a honra de conhecer grandes nomes, como nosso inesquecível e eterno Presidente Leonel Brizola, e conhecer mais sobre a história de outros grandes líderes, como

Darci Ribeiro e tantos outros grandes estadistas. Contudo, venho a esta tribuna para falar de minha indignação, de meu repúdio, de minha insatisfação com as atitudes perpetradas pelo ex-Presidente do PDT em Minas Gerais, o Sr. Manoel Costa. E faço isso também com base em nosso estatuto, que nos ensina no § 1º do art. 1º: "§ 1º - O partido, como instituição, e seus filiados individualmente atuarão por métodos democráticos e pacíficos e pacíficos, ainda que, quando necessário, com indignação, rigor e energia, essencialmente na linha dos seguintes compromissos básicos...". Há cerca de oito meses este Deputado, juntamente com os Deputados Federais Mário Heringer e Ademir Camilo, estão lutando para que o partido tenha uma convenção limpa, transparente, que permita a alternância no poder. Esse é o nosso maior objetivo, desprendido de qualquer vaidade ou qualquer outro interesse que não seja a participação democrática de seus filiados, Deputados, Vereadores, Prefeitos, líderes comunitários e trabalhadores, em suas diversas categorias que compõem os quadros de nosso partido. No entanto, na outra ponta, o Sr. Manoel Costa vem tentando, de todas as maneiras, de forma suja, sorrateira, fraudulenta e criminosa, impedir que nós possamos participar e disputar democraticamente a convenção partidária. São inúmeras as tentativas de impedir que haja lisura e transparência no processo. Estamos, como disse antes, há cerca de oito meses lutando por uma convenção justa e decente. Em uma de suas inúmeras falcatruas, durante reunião na sede do partido, em 10 de janeiro deste ano, o Sr. Manoel Costa disse que a comissão provisória da cidade de Ibitiré - em relação à qual havia prévio acordo firmado entre os Deputados Estaduais, Federais e demais integrantes da legenda em nível nacional, para que fosse indicada por este Deputado - não poderia ser referendada, visto que nossos indicados não estavam filiados. Pois bem, senhores e senhoras, o Sr. Manoel Costa teve a coragem de destruir as fichas de filiação dos referidos cidadãos, que foram abonadas por este Deputado e entregues ao partido ainda sob seu comando. Devo relatar que estamos tomando todas as providências legais cabíveis. No dia 4 de março do corrente ano, este Deputado, juntamente com os Deputados Federais Mário Heringer e Ademir Camilo, esteve com o Sr. Ministro Carlos Luppi para tratar desse assunto, e, ao apresentarmos as denúncias, este disse para todos os presentes em sua sala: "Esse ato praticado pelo Sr. Manoel Costa é uma fraude". Da mesma forma, disse ao Ministro que estava ali levando essa denúncia por se tratar de fato muito sério e que, ainda, o Sr. Manoel Costa não se deu ao trabalho de se livrar de dois recibos de recolhimento ao partido pagos por este Deputado, em nome da comissão provisória da cidade de Ibitiré. Ontem, dia 1º de abril, novamente este Deputado e os Deputados Federais Mário Heringer e Ademir Camilo protocolamos em mão do Deputado Federal Viera da Cunha, atual Presidente Nacional do partido, documento solicitando providências urgentes, Dentre elas o afastamento imediato do Sr. Manoel Costa, ex-Presidente do Partido, da Delegada Executiva Sirlei Soalheiro, e do Tesoureiro do Partido, José Walter Resende Aguiar. Em ato contínuo, ingressamos com denúncia contra as pessoas das quais pedimos o afastamento do partido no TRE de Minas Gerais, para restabelecer a provisória de Ibitiré, e, concomitantemente, estamos solicitando à Executiva Nacional a instauração de procedimento administrativo no Conselho de Ética do PDT para que se apurem, com o máximo de rigor, as falcatruas e manobras criminosas chefiadas pelo Sr. Manoel Costa. Devo dizer ainda que estamos ingressando com várias ações judiciais para corrigir erros e traças praticadas pelo Sr. Manoel Costa em diversos Municípios de Minas, feitos com intuito de obter vantagens eleitorais na convenção estadual. Não vamos permitir que atitudes como essas venham manchar o nome de nosso partido. Que exemplo de trabalhismo é esse dado por esse Manoel? Que exemplo ele poderia dar ao nosso movimento negro, ao movimento das mulheres, ao movimento da juventude? Será que a juventude do PDT vai se espelhar em alguém que vem pulando de cargo em cargo, revezando, ora na Prefeitura de Belo Horizonte, ora no governo do Estado? Será que é isso que nossa Executiva Nacional quer de um diretório estadual? Será que as bandeiras de nosso partido em Minas devem ser relegadas àqueles que nunca lutaram por ideais no seu dia-a-dia? O Estatuto do PDT traz, em sua contracapa, a "Carta de Mendes", escrita em 23/1/83, durante convenção realizada no Rio de Janeiro. Nessa carta está escrito: "O PDT não luta pela tomada do poder. O seu propósito é ascender ao poder, inundando este país de consciências esclarecidas". Aqui em Minas Gerais o ex-Presidente Manoel Costa fere de morte esse princípio ao tentar manter-se no poder a qualquer custo, lançando mão de atitudes inescrupulosas, desonestas e covardes, manchando de vergonha a memória daqueles que lutaram para fazer do PDT um partido democrático e trabalhista. Encerrando minhas palavras, Sr. Presidente, devo dizer àqueles que acham que vamos nos calar, acham que vamos recuar, que estão muito enganados. Vamos lutar com todas as forças, com o nosso coração, para restabelecer a justiça. Nessa luta, novamente me valho das palavras do Prof. Rudolf Von Ihering: "A dor que o homem experimenta, quando é lesado no seu direito, contém o reconhecimento espontâneo, instintivo e violentamente arrancado do que é o seu direito, primeiro para ele, indivíduo, em seguida para sociedade humana". E, por fim, lembro as palavras de nosso eterno Presidente pedetista, Leonel Brizola: "Sou planta do deserto, sobrevivo com uma gota de orvalho".

Essas são as nossas considerações, em face das inúmeras dificuldades que este Deputado e outros Deputados Estaduais e os Deputados Federais Mário Heringer e Ademir Camilo temos vivido diante de tanta falcatrua e atitude covarde, desonesta e sorrateira do Sr. Manoel Costa. Mas, nesta tribuna livre, onde podemos exercer o que temos de mais sagrado, que é a nossa liberdade de expressão, quero dizer que não vamos calar-nos, não vamos arrear o pé. Exigimos da executiva nacional do partido que tenhamos uma convenção limpa, clara e democrática, respeitando os ditames estatutários. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 31/3/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Eros Biondini

exonerando Cristiane Maria Vida do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando Gisele de Oliveira Conde do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Luciano Palma Procopio Bretas do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Márcia Cristina de Souza Paula do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Cristiane Maria Vida para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Gisele de Oliveira Conde para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Juvenal Lima Gomes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Luciano Palma Procopio Bretas para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Márcia Cristina de Souza Paula para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Valadares

exonerando Alberto dos Santos Miranda do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Vanusa dos Santos Craveiro para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Sebastião Roni Nunes de Castro do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Tatiana Zacché Batista Vidal para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2008

Objeto: contratação de empresa para fornecimento de combustível de aviação (querosene).

Pregoaante vencedora: Pampulha Abastecimento de Aeronaves Ltda.

Belo Horizonte, 7 de abril de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Ariza e Moura Ortodontia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Cota Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

errata

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação com o título em epígrafe verificada na edição de 2/4/2008, pág. 40, col. 3, sob o título "Gabinete do Deputado Inácio Franco", onde se lê:

"Maria José Ramos", leia-se:

"Maria José Ramos Vaz".